

Diário do Legislativo de 14/05/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 32ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 19ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 12/5/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 381/2005 (encaminha expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à Empresa Toko Indústria e Comércio, Exportação e Importação Ltda. pelo Secretário de Estado da Fazenda), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 70/2005 - Projetos de Lei nºs 2.322 a 2.327/2005 - Requerimentos nºs 4.713 a 4.726/2005 - Requerimentos da Comissão Especial do IPSEMG e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Dalmo Ribeiro Silva e Edson Resende, Dalmo Ribeiro Silva e Fahim Sawan e outros, Rogério Correia e outros, Arlen Santiago e outros e Leonardo Quintão - Proposições não Recebidas: Requerimentos dos Deputados Jésus Lima e Sebastião Helvécio (4) - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Defesa do Consumidor, do Trabalho, de Transporte e de Meio Ambiente e do Deputado Carlos Pimenta - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Ana Maria Resende, dos Deputados Célio Moreira e Edson Rezende e da Deputada Jô Moraes - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Edson Rezende, Dalmo Ribeiro Silva e Fahim Sawan e outros, Rogério Correia e outros, Arlen Santiago e outros e Leonardo Quintão; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e da Comissão Especial do IPSEMG; aprovação - Requerimento nº 2.964/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimentos nºs 2.991, 3.007 e 3.033/2004; aprovação - Requerimento nº 3.034/2004; discurso do Deputado João Leite; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Requerimento nº 3.966/2005; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª- Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Célio Moreira, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 381/2005*

Belo Horizonte, 6 de maio de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, no uso da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 15.292 de 5 de agosto de 2004 o expediente relativo ao Regime Especial de Tributação concedido à EMPRESA Toko Indústria e Comércio, Exportação e Importação Ltda., pelo Secretário de Estado de Fazenda:

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão de Fiscalização Financeira nos termos da Decisão Normativa nº 13.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando convite para a III Assembléia Geral da Associação Internacional de Parlamentares para a Tecnologia da Informação.

Do Sr. Marcos Montes Cordeiro, Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes, solicitando nomeação de Deputados para participar da 5ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Da Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, prestando informações relativas aos Ofícios nºs 2.616/2003/SGM e 39/2005/SGM. (- Anexe-se ao Requerimento nº 779/2003.)

Do Sr. Ronaldo Teixeira da Silva, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.496/2004, do Deputado George Hilton.

Do Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, prestando informações em atenção ao Requerimento nº 4.326/2005, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Campos Machado, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa de São Paulo, comunicando a apresentação de projeto de lei visando a estimular a doação de sangue. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Amarílio Augusto de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Barbacena, em que solicita desta Casa empenho na aprovação de projeto de lei do Deputado Antônio Carlos Andrada que autoriza o Poder Executivo a doar terreno ao Núcleo Regional de Barbacena de Voluntários de Prevenção e Combate ao Câncer do Hospital Mário Pena.

Do Sr. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da UNIMONTES, comunicando o bom desempenho dessa Universidade no ENADE/2004. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Wagner de Oliveira Cavalieri, Juiz de Direito da Infância e Juventude da Comarca de Mariana, informando o descumprimento de decisão judicial que determinou a internação de três menores infratores e solicitando a intervenção e o apoio político desta Casa. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Jusciara Aparecida de Ávila, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e outros Vereadores da Câmara Municipal de Alterosa, solicitando que a Comissão de Segurança Pública desta Casa vá a esse município para tomar conhecimento da grave situação relativa à segurança pública local. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário de Estado da Casa Civil, encaminhando parecer elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, referente ao Projeto de Lei nº 2.187/2005, em atenção a pedido da Comissão de Constituição e Justiça. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 2.187/2005.)

Do Sr. Israel Ferreira Nunes Neto, Coordenador das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, informando da composição das comissões permanentes dessa Casa. (- Às Comissões.)

Do Sr. Flávio Camargo Schuch, da Assessoria de Projetos Especiais da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, informando da programação especial preparada por essa Casa para comemorar o Dia do Parlamento.

Do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE (4), informando da liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução dos programas do FNDE que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Pedro Luís Rocha Montenegro, Chefe da Ouvidoria Geral da Cidadania da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, prestando informações relativas a requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado pelo Ofício nº 454/2005/SGM.

Do Sr. Marcelo Correia de Moura Baptista, Coordenador-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRO-MG -, solicitando sejam tomadas com urgência as providências cabíveis para apurar a doação da frota de veículos da CEMIG a terceiros. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Ana Cláudia Ribeiro Marzinetti, Coordenadora da Central de Atendimento a Denúncia, da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, encaminhando o Relatório de Vistoria Disan nº 009515/2005 e o Auto de Fiscalização Dimet nº 003474/2004 sobre a situação de aterro sanitário no Município de Extrema.

Das Sras. Dalva Bavaresco de Naveda e Cláudia Lúcia Leal Werneck, respectivamente, geógrafa-pesquisadora e membro da diretoria do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, prestando informações sobre a ação resultante da participação do Instituto no Seminário Legislativo Saneamento Ambiental - Demandas e Intervenções Necessárias, realizado nesta Casa de 13 a 16/9/2004.

Da Sra. Edméa Sanches Mattos, Presidente da APAE de Sete Lagoas, solicitando empenho na apreciação do Projeto de Lei nº 1.358/2004, do Deputado André Quintão, cuja aprovação resultará na isenção do ICMS na aquisição de automóveis para transporte de pessoas com deficiência mental e outras síndromes. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.358/2004.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2005

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 33, de 28 de junho de 1994, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescido ao art. 7º da Lei Complementar nº 33, de 28 de junho de 1994, o seguinte parágrafo único:

"Art. 7º - ...

Parágrafo único - A posse do Conselheiro ou do Auditor ocorrerá em sessão especialmente convocada para este fim, ou, decorrido o prazo de que trata este artigo sem que tenha ocorrido a convocação, na primeira sessão ordinária subsequente, contando-se, nesse caso, para o disposto no art. 12, I, como termo inicial, o último dia do prazo previsto no 'caput' deste artigo."

Art. 2º - Dê-se ao parágrafo único do art. 10 da Lei Complementar nº 33, de 28 de junho de 1994, a seguinte redação:

"Art. 10 - ...

Parágrafo único - Nas substituições, os Auditores terão os vencimentos dos Conselheiros, salvo se convocados apenas para completar o quórum necessário à realização das sessões, ou, no caso de vacância, se o período de substituição for superior ao prazo máximo previsto no 'caput' do art. 7º."

Art. 3º - O inciso II do art. 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.17 - ...

II - dar posse a Conselheiros, Auditores e servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, na forma do Regimento Interno, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º."

Art. 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Antônio Júlio

Justificação: O art. 7º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas determina que a posse do Conselheiro ou do Auditor nomeado deve ocorrer no prazo de 30 dias, contados da publicação do ato. O parágrafo único que se pretende acrescentar ao artigo estabelece procedimento para a posse, no caso da impossibilidade de convocação de sessão especial. Ao mesmo tempo, determina que a contagem de tempo para apuração de antiguidade tenha como termo inicial o prazo previsto para que seja empossado o agente público nomeado. A alteração no inciso II do art. 17 completa a proposta, estabelecendo a obrigatoriedade da posse, nos termos previstos.

O art. 10 estabelece regra para substituição de Conselheiro, definido, no seu parágrafo, o procedimento para a remuneração do Auditor, no caso de substituição. A proposta apresentada visa aprimorar o conjunto de normas do Tribunal, tornando-as mais coerentes em sua lógica intrínseca, já que não se pode admitir que o período de vacância se estenda por prazos prolongados, o que dificulta o normal funcionamento desse órgão.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.322/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores e Mulheres Rurais da Comunidade do Pessegueiro, com sede no Município de Campos Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores e Mulheres Rurais da Comunidade do Pessegueiro, com sede no Município de Campos Gerais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Dilzon Melo

Justificação: A Associação de Produtores e Mulheres Rurais da Comunidade do Pessegueiro, com sede no Município de Campos Gerais, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por finalidade estabelecer diretrizes e ações prioritárias que fundamentarão a formulação de um programa de desenvolvimento da agropecuária e da indústria caseira na comunidade do Pessegueiro e setores vizinhos, bem como apoiar o desenvolvimento da área social no setor rural; congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas da Associação; reunir recursos disponíveis, materiais, humanos e assistenciais, colocando-os à disposição da comunidade e setores vizinhos para a execução de programas de desenvolvimento; trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pelo melhoramento do nível de vida e pelo bem-estar em sua área de atuação; prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas da educação e da saúde que envolvam a comunidade e setores vizinhos; servir de ligação entre a comunidade e os órgãos e autoridades municipais, estaduais e federais; combater a fome e a pobreza; integrar seus participantes no mercado de trabalho; divulgar a cultura e os esportes e trabalhar pela proteção do meio ambiente.

O estatuto da Associação prevê que ela não fará distinção alguma quanto a raça, cor, condições sociais, credo, política ou religião.

A entidade funciona regularmente e tem diretoria composta por pessoas idôneas e que não recebem nenhuma remuneração pelo exercício de seus cargos. Reconhecê-la como de utilidade pública estadual irá proporcionar condições para a dinamização de suas atividades e concretização de todos os seus objetivos. Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.323/2005

Declara de utilidade pública o Centro Espírita Regeneração, com sede no Município de Caputira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita Regeneração, com sede no Município de Caputira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Maria Olívia

Justificação: O Centro Espírita Regeneração é uma associação civil de caracteres científico, filosófico e religioso, beneficente, educacional,

cultural, de assistência social, com fins não econômicos, que tem por finalidade estudar e viver o espiritismo, propagando ilimitadamente seus ensinamentos doutrinários; promover a prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios a seu alcance, em benefício de todos, sem distinção de pessoa, raça, cor, posição social ou religião; realizar a assistência e a promoção social, de modo geral; e criar e ser mantenedora, além de dar assistências material e espiritual, de creches, escolas, asilos e outras instituições congêneres.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência de meus nobres pares a este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.324/2005

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente, Cultural, Social, Desportiva Bindela, com sede no Município de Limeira do Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente, Cultural, Social, Desportiva Bindela, com sede no Município de Limeira do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Ricardo Duarte

Justificação: A Associação Beneficente, Cultural, Social, Desportiva Bindela, com sede no Município de Limeira do Oeste, é entidade filantrópica, cujos objetivos são promover a assistência à infância e à adolescência, desenvolver a prática dos desportos, proporcionando meios de recreio e de cultura, e fomentar a ação social.

Pela relevância dos trabalhos desenvolvidos pela referida entidade, solicitamos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.325/2005

Altera a Lei nº 13.577, de 2 de junho de 2000, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.577, de 2 de junho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º -

"Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se à implantação de distrito de empresas.".

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 13.577, de 2 de junho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Weliton Prado

Justificação: O presente projeto visa a alterar a lei supracitada que dispôs sobre a doação pelo Poder Executivo Estadual de imóvel ao Município de Frutal; entretanto, conforme comunicação da Prefeita Maria Cecília Marchi Borges, estudos realizados pelo município atestam que a área será mais bem- utilizada para construção de empresas, por meio da implantação de um distrito, e não para construção de casas populares.

Ademais, o prazo dado pela Lei nº 13.577, de 2000, para o município dar a destinação referida, já se esgotou, o que implicaria a reversão do imóvel ao Estado, o que não foi solicitado pelo Executivo.

Por essas razões, considerando o melhor aproveitamento da área para implantação de um distrito de empresas, considerando que a municipalidade já está dispondo de outras áreas destinadas à habitação da população de baixa renda, considerando a necessidade de ampliar o prazo para o município dar a nova destinação designada; considerando que o Executivo não manifestou interesse em pedir a reversão do imóvel, peço o apoio dos nossos pares nesta Casa à aprovação do presente projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto as Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do

Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.326/2005

Declara de utilidade pública o Conselho Metropolitano de Contagem da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Metropolitano de Contagem da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Vanessa Lucas

Justificação: O Conselho Metropolitano de Contagem é uma associação beneficente e sem fins lucrativos.

Possui com objetivo principal a prática de caridade. Em vista disso, oferece diversos serviços de assistência social e direcionados aos segmentos carentes. Dessa forma, trabalha para soerguer pessoas à margem da sociedade, concorrendo para revitalizar a auto-estima delas.

Pelos bons serviços prestados à coletividade, contamos com a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que se lhe pretende outorgar.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.327/2005

Destina assentos preferenciais a idosos nos terminais rodoviários situados no âmbito do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam todos os terminais rodoviários situados no Estado obrigados a destinar 10% (dez por cento) dos assentos, nas áreas de embarque e desembarque, preferencialmente aos idosos maiores de sessenta anos.

Art. 2º - Os assentos referidos no artigo anterior serão identificados por meio de cor diferenciada e exibirão a seguinte frase, em caracteres visíveis: "assentos destinados preferencialmente a idosos".

Art. 3º - Fica o concessionário de terminal rodoviário ou município que descumprir o disposto nesta lei sujeito às penalidades da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso.).

Art. 4º - Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposição em contrário.

Salas das Reuniões, 12 de maio de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: Atualmente os idosos padecem em nosso Estado com a falta de lugares reservados nos terminais rodoviários. Esta proposição visa corrigir tal distorção por meio de uma iniciativa simples, que propiciará ao idoso condições mínimas de conforto e respeito humano.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.713/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC - e o Sindicato da Indústria de Café do Estado de Minas Gerais - SINDICAFÉ -, na pessoa de seus Presidentes, Srs. Guivan Bueno e Almir José da Silva Filho, respectivamente, pela passagem do Dia Nacional do Café. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 4.714/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Colégio São José, na pessoa de seu Diretor, Irmão Dino Girardelli, pelo transcurso de seus 106 anos de fundação.

Nº 4.715/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora por ter sido considerada a 2ª melhor do País no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

Nº 4.716/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora por ter sido considerada a melhor do País no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE. (-

Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 4.717/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Elenice Pereira Delgado Santelli por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Lima Duarte.

Nº 4.718/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Maria Meireles de Carvalho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Andrelândia.

Nº 4.719/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Gomes Monteiro por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Alto Caparaó.

Nº 4.720/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Estevam Jorge Paulino dos Santos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Alfredo Vasconcelos.

Nº 4.721/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Severiano Affonso dos Santos Reis por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Lamim.

Nº 4.722/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Geraldo da Aparição Chaves por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Lagoa Dourada.

Nº 4.723/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Anacleto Lopes Gomes por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Rio Branco.

Nº 4.724/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antônio Carlos Dias por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Tocantins.

Nº 4.725/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Maria Ribeiro Sampaio por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São João Nepomuceno.

Nº 4.726/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Manoel José Ribeiro por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de São Sebastião da Vargem Alegre. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão Especial do IPSEMG e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Dalmo Ribeiro Silva e Edson Resende, Dalmo Ribeiro Silva e Fahim Sawan e outros, Rogério Correia e outros, Arlen Santiago e outros e Leonardo Quintão.

Proposições não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Do Deputado Jésus Lima, em que solicita seja enviado ao Governador do Estado pedido para que se reduza a alíquota de ICMS sobre energia elétrica para consumo residencial, igualando-a à alíquota sobre o consumo industrial e comercial.

Do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Celso Roberto Pereira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Piedade de Ponte Nova em 2004.

Do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alberone José de Paiva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Matipó em 2004.

Do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Joaquim Adilson Rocha por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Chácara em 2004.

Do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Aloysio Marinho de Paula por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito do Município de Santa Bárbara do Tugúrio em 2004.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Defesa do Consumidor, do Trabalho, de Transporte e de Meio Ambiente e do Deputado Carlos Pimenta.

Oradores Inscritos

- A Deputada Ana Maria Resende, os Deputados Célio Moreira e Edson Rezende e a Deputada Jô Moraes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições

para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 4.639/2005, da Comissão Especial do IPSEMG e 4.658/2005, da Comissão de Assuntos Municipais; de Defesa do Consumidor - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 4.492/2005, da Deputada Lúcia Pacifico; do Trabalho - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Projetos de Lei nºs 2.019/2004 e 2.158/2005, do Deputado André Quintão, 2.032, 2.101 e 2.129/2005, do Deputado Domingos Sávio, 2.033 e 2.084/2005, do Deputado Elmiro Nascimento, 2.044, 2.053, 2.054, 2.056, 2.057 e 2.058/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.045/2005, do Deputado Gil Pereira, 2.048/2005, do Deputado Marlos Fernandes, 2.065 e 2.150/2005, do Deputado Gustavo Corrêa, 2.071/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 2.078, 2.169 e 2.079/2005, do Deputado Sargento Rodrigues, 2.091/2005, do Deputado Dimas Fabiano, 2.120/2005, do Deputado Antônio Júlio, 2.134 e 2.142/2005, do Deputado Paulo Piau, 2.164/2005, do Deputado Leonardo Moreira, 2.167/2005, do Deputado Márcio Passos, e 2.174/2005, do Deputado Sebastião Costa; de Transporte - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 4.591/2005, do Deputado Leonídio Bouças, e 4.636/2005, do Deputado Doutor Viana; e de Meio Ambiente - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Projeto de Lei nº 2.074/2005, da Deputada Jô Moraes (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Edson Resende, em que solicitam a interrupção da 1ª Parte da reunião ordinária do dia 18 do corrente para comemorar o Dia do Defensor Público; nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Fahim Sawan e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a comunidade libanesa radicada no Estado pela passagem dos 125 anos de imigração de seus ascendentes; Rogério Correia e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior; Arlen Santiago e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Revista Encontro, pelo transcurso dos seus 3 anos de fundação; e, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita a inclusão em Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a constituição de comissão especial para proceder a estudos sobre a situação das estâncias hidrominerais do Sul de Minas. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento da Comissão Especial do IPSEMG, em que solicita a prorrogação do seu prazo de funcionamento por mais 30 dias. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 2.964/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Chefe da Polícia Civil as informações que menciona, relativas à aquisição de placas de veículos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.964/2004 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.991/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre a viabilidade de instalação de uma linha de ônibus circular ligando o bairro Jardim Montanhês ao centro dos Municípios de Ibitiré e Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 3.007/2004, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente do IEPHA informações sobre o projeto de revitalização do Parque das Águas de Caxambu. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 3.033/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita informação à Presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa sobre a retirada do programa Jornal Visual Minas que vinha atendendo à comunidade dos surdos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 3.034/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita informações ao Diretor-Geral do DER-MG acerca do cumprimento da Lei nº 13.174/99, que dispõe sobre a proibição do transporte de passageiros em pé em veículos de transporte coletivo rodoviário intermunicipal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente para que conheçamos a situação dessa legislação e haja uma fiscalização a fim de que seja cumprida. Essa é uma lei de nossa autoria, pois conhecemos os riscos das longas viagens em pé no transporte de passageiros do Estado. Depois de muitos anos tramitando na Assembléia, tivemos, em 1999, a aprovação desta lei. A Deputada Maria Tereza Lara solicita a fiscalização para que haja seu cumprimento, e consideramos pertinente. É importante que a Assembléia acompanhe como está se dando a viagem dos mineiros para o interior, sobretudo conhecendo a situação das nossas estradas.

Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, na data da entrega da Medalha do Mérito Legislativo, estará aqui o Ministro dos Transportes, a fim de receber uma delas. Considerando-se a situação de nossas estradas, é interessante que a Assembléia conceda tal medalha justamente a ele. Esperamos que S. Exa. explique a esta Casa e ao povo de Minas o porquê dessa lamentável situação.

Estaremos votando favoravelmente ao requerimento, para termos oportunidade de conhecer a situação da Lei nº 13.174, de 1999, de nossa autoria. Ela proíbe que os cidadãos de Minas Gerais viajem de pé, devido ao desconforto e à injustiça, já que pagam o mesmo que quem viaja assentado, e devido à insegurança e aos riscos, principalmente agora com os buracos em nossas rodovias, em especial as federais. Portanto encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.034/2004 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.966/2005, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Secretário da Fazenda informações sobre a aplicação das verbas captadas em 2004, por meio das taxas de segurança pública, com o detalhamento da arrecadação e das despesas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovado. Oficie-se.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, dois assuntos me levaram a solicitar a palavra pela ordem. Primeiro, tratarei da questão da segurança em Belo Horizonte. Já temos dados positivos no que diz respeito à colocação dessas câmeras denominadas Olho Vivo em vários pontos da cidade, principalmente no centro. Solicitamos a extensão desse projeto, oriundo de uma parceria entre a Prefeitura, o CDL e os órgãos do comércio, pois tem surtido resultados, já que os pivetes têm evitado assaltar os locais onde há essas câmeras. Solicitamos aos órgãos que compõem essa parceria que instalem câmeras na Av. João Pinheiro, próximo à Praça Afonso Arinos, pois os pivetes foram para essa região, aumentando-se a incidência de assaltos nessa avenida. Solicitamos a instalação dessas câmeras nessa região, para inibirmos esses assaltos, proporcionando mais segurança aos transeuntes que por ali passam.

Segundo, tratarei das questões das estradas. É lamentável a situação das estradas de Minas Gerais. Percorri a Rodovia 494 recentemente. Há dois programas para a recuperação dessa estrada. Já se encontra tudo pronto, e o recurso está empenhado, mas o Governo não o libera. Estive com a firma que venceu a concorrência para a manutenção da Rodovia 135, que se encontra em péssimas condições. Essa estrada, que vais desde a BR-040, na entrada de Curvelo, até o Norte de Minas, continua em estado muito precário. Há recursos para a operação tapa-buraco, mas a última vez em que a empresa recebeu o pagamento foi em princípio de dezembro. Desde essa época, nem mais um centavo entrou, deixando a empresa sem condições de proceder à manutenção da estrada. Aproveitaremos a vinda do Ministro Alfredo Nascimento para cobrar a sua promessa, pois, em sua posse, disse que estaria no Ministério para trabalhar e que tinha a certeza de que o Governo Federal o estaria trazendo de Manaus para lhe dar condições de recuperar as estradas no País. Minas Gerais abrirá os braços e o coração para recebê-lo e para lembrá-lo, ao mesmo tempo, dessa sua afirmativa. Esperamos que nos traga realmente notícias e a confirmação de que procederá à restauração das estradas de Minas Gerais, que se encontram em péssimas condições. Cito principalmente a Rodovia 494 em dois trechos, de Oliveira até Divinópolis, e de Divinópolis até a BR-262, próximo a Nova Serrana. Trata-se de uma questão de calamidade pública. Ocorre a mesma coisa nas BRs 135, 494 e demais rodovias do Estado. Sr. Presidente, verificando, de plano, a inexistência de quórum, solicito o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20 horas, de amanhã, dia 13, às 20 horas, e de segunda-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/5/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dilzon Melo; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.006/2004; discurso do Deputado André Quintão; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.007/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.008/2004; discursos dos Deputados André Quintão, Jésus Lima, Miguel Martini, Weliton Prado e Sebastião Costa; encerramento da discussão; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação do projeto; aprovação na forma do vencido no 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2003; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.004/2004; apresentação da Emenda nº 2; encerramento da discussão; discursos dos Deputados André Quintão e Jésus Lima; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Piau - Pindaça Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, passa-se à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião o Projeto de Lei nº 1.361/2004, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2004/2004 e os Projetos de Resolução nºs 2.227 e 2.228/2005 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.006/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Hoje a Assembléia inicia processo de votação, em 2º turno, dos projetos de empréstimos solicitados pelo Governador do Estado. O Bloco PT-PCdoB, de maneira clara, nítida, tem apresentado sua posição, que fundamentou a aprovação, em 1º turno, desses projetos.

No caso específico do Projeto de Lei nº 2.006/2004, projeto de eletrificação rural para o Noroeste mineiro, consta no plano plurianual essa prioridade; portanto, entendemos que esse é um recurso que, se bem utilizado, poderá, de fato, trazer melhorias para a população do Noroeste mineiro; aliás, o que fundamentou a posição do Bloco PT-PCdoB foi exatamente o interesse de Minas Gerais. Sabemos que muitas vezes um volume de recursos adicional pode produzir investimentos estratégicos para o Estado. Depois discutiremos também, na seqüência, o programa de apoio à empresa mineira competitiva e o programa de asfaltamento das rodovias e das estradas que ainda não possuem asfalto, 224 municípios mineiros, mas agora, especificamente, desejamos falar sobre esse programa de eletrificação rural.

O Governo Lula lançou no País o Programa Luz para Todos, um importante instrumento para propiciar a eletrificação de todas as propriedades e imóveis rurais do País e de Minas Gerais. Ele tem como meta universalizar a eletrificação até o final do Governo Lula, e, em Minas Gerais, cobramos da CEMIG maior agilidade nas suas licitações e no cumprimento das metas do Programa Luz para Todos, evidentemente com os critérios da moralidade e do melhor preço para o interesse público. Desejamos que, de fato, os recursos disponibilizados pelo Governo Federal - e eles são muitos - sejam bem-utilizados, para levar a eletrificação rural a todos os municípios e a todas as propriedades mineiras.

Aliás, quanto a essa questão do repasse de recursos federais, hoje a imprensa traz uma notícia importante: Minas Gerais e São Paulo são campeões em repasses da União. Os dois Estados administrados pelos tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin ganham até mesmo de unidades administradas por petistas. São dados oficiais, e a grande imprensa hoje revela essa notícia, mostrando que o Governo Lula é republicano, respeita o pacto federativo e não olha a cor partidária para efetuar os repasses federais. Proporcionalmente, de acordo com esse levantamento, Minas Gerais recebe até mais recursos que o Estado de São Paulo, porque Lula e o Governo têm um carinho e um respeito muito grande pelo nosso Estado. Assim como o Governo repassa recursos para a eletrificação rural, também o faz, com R\$1.500.000.000,00, para os programas desenvolvidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social, tão bem coordenado pelo Ministro Patrus Ananias, para a agricultura familiar e para a CIDE. Minas Gerais nunca recebeu tanto recurso do Governo Federal quanto agora, e isso ainda não foi suficiente para que o Estado desenvolvesse seus programas.

Então, o bloco da Oposição votará favoravelmente, em 2º turno, a esse projeto de empréstimo, para que a eletrificação rural chegue ao Noroeste mineiro. No ano passado, a execução orçamentária do programa de eletrificação rural no Noroeste mineiro foi 0%. Foi o programa "Noroeste no Escuro", porque a execução orçamentária foi 0%. Então, este ano, também com o apoio da Oposição, junto aos Deputados da base do Governo, será liberada a autorização para o empréstimo de US\$100.000.000,00. Esperamos que, de fato, a eletrificação rural chegue a Minas Gerais e que o Estado agilize o Programa Luz para Todos. A Oposição cobra do Governo Estadual maior agilidade na implementação do Programa Luz para Todos, do Presidente Lula. Centenas de milhares de propriedades rurais de Minas, que ainda não têm eletrificação rural, esperam maior agilidade, e a Assembléia, hoje, faz a sua parte, aprovando em 2º turno esse projeto de empréstimo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.006/2004 na forma do vencido no 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.007/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.007/2004 na forma do vencido no 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.008/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao BID e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, esse é o projeto de lei que trata do Pró-Acesso, programa viabilizado, em boa medida, com recursos da CIDE, do Governo Federal e do Governo Estadual e, agora, a partir dessa autorização a ser concedida pela Assembléia Legislativa. São US\$100.000.000,00 de empréstimo junto ao BID, com o objetivo de levar ligação asfáltica a 224 municípios mineiros.

O Pró-Acesso foi aprovado pela Assembléia quando da votação do plano plurianual e integra a carteira dos 31 projetos estruturadores do Governo Estadual. Considero-o um programa muito importante. Não foi por outro motivo que esta Assembléia, por unanimidade, aprovou-o no ano de 2003.

Sabemos que a ligação asfáltica é fator de promoção de desenvolvimento econômico e de cidadania, facilita o deslocamento de pessoas como, por exemplo, dos alunos que precisam ser transportados para as escolas dos distritos rurais. Minas Gerais é o Estado que tem o maior número

de municípios no Brasil; é um verdadeiro país nas suas vocações diferenciadas. Mas muitos de seus municípios ainda não desabrocharam suas potencialidades em consequência das dificuldades de acessibilidade. Então, esse é um programa importante.

Como disse há pouco tempo, Minas Gerais tem recebido mais recursos federais. Aliás, Minas Gerais e São Paulo são os Estados que mais os recebem, sendo que Minas, proporcionalmente, recebe ainda mais que São Paulo. Essa notícia foi veiculada na grande imprensa, hoje.

Quanto ao Pró-Acesso, esperamos que, de fato, com essa autorização da Assembléia, seja agilizado e viabilizado, com critérios muito transparentes. Queremos que a Assembléia tenha acesso aos critérios de priorização da escolha de municípios e também conhecimento do cronograma da execução dessas obras.

Mas a Oposição está votando favoravelmente a esse projeto, assim como votou no 1º turno, incluindo uma emenda que exige o envio, no prazo de 30 dias, do contrato celebrado com a instituição que oferecerá os recursos, no caso o BID, porque compreende que a ligação asfáltica de 224 municípios mineiros é fundamental e está integrada ao projeto de desenvolvimento econômico levado a cabo pelo Governo Federal na gestão do Presidente Lula. Portanto, o bloco da Oposição, com a emenda aprovada na Comissão, encaminha pela aprovação em 2º turno do Pró-Acesso, assim como já votamos em 2003 o plano plurianual. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Jésus Lima.

O Deputado Jésus Lima* - Sr. Presidente, também quero ratificar meu voto favorável a esse projeto. Faço um apelo ao Executivo Estadual para que, em um programa como esse, prevaleçam critérios universais e transparentes na execução e no processo licitatório, a fim de que as obras sejam feitas conforme critérios do BID, para que não se privilegie essa ou aquela estrada, essa ou aquela região; que os recursos tenham critérios claros e transparentes, para que esse programa aconteça da melhor forma possível. Não dá para o Governo Federal avaliar um programa como esse, para fazer uma política universal por cima; mas, quando se chega embaixo, no Governo do Estado, o que predomina é a política clientelista. Faço esse apelo a fim de que possamos ter regras claras, transparentes, para que a política de igualdade entre os Estados adotada pelo Governo Federal seja observada também pelo Estado de Minas, em que se privilegiem os municípios mais pobres, as regiões mais pobres, adotando critérios aceitos por todos. Era isso o que queria dizer.

É bom frisar que esse empréstimo é de US\$100.000.000,00, aproximadamente R\$300.000.000,00, e que, só para conservar os 6km de estradas no AMP82, o Governo Federal está investindo R\$760.000.000,00, ou seja, o dobro do que o Governo Federal investe aqui, comparado a esse empréstimo que acabamos de aprovar.

Aproveito o ensejo para dizer que esse esforço que está sendo feito é importante. Numa reportagem sobre o Governo do Fernando Henrique, li que em apenas oito anos a carga tributária aumentou de 26% para 36% do PIB, enquanto o atual Presidente está fazendo o País crescer e, com isso, está fazendo com que os Estados cresçam também. Minas Gerais conseguiu esse equilíbrio graças ao crescimento do País. Estamos aqui para aprovar esse empréstimo, para aprovar o crescimento, para que Minas Gerais e o povo mineiro ganhem e para que essas regiões mais sofridas possam ganhar. Mas queremos critérios universais e transparentes para todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Gostaria de tranquilizar o Deputado que me antecedeu. Uma das razões por que a Oposição está votando conosco é a certeza de que este Governo não é clientelista e que todas as medidas e ações deste Governo são para buscar principalmente os mais pobres. É o que estamos fazendo com esse processo. Agradeço e digo que pode ficar muito tranquilo porque será desse jeito, como tem sido todo o Governo do Aécio Neves. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, acho estranho. Parece que a carapuça serviu, porque não falamos de governo clientelista; agora os próprios Deputados vêm falar. Será que a carapuça serviu? Não sei. Mais uma vez, o Bloco PT-PCdoB deu uma lição de cidadania no encaminhamento, nas discussões nas comissões e no Plenário em relação aos projetos de empréstimo, principalmente em relação ao Projeto de Lei nº 2.008, em que fizemos algumas modificações. É um projeto muito importante; os US\$100.000.000,00, quase R\$300.000.000,00, possibilitarão a ligação asfáltica de 224 municípios em Minas Gerais, o que pode levar progresso para esses municípios. Sem o asfalto, pára tudo. Impede-se a instalação de novas empresas, de novas indústrias, dificulta-se o acesso dos estudantes às escolas. Quando está chovendo, os estudantes não têm como ir, fica totalmente intrafegável o acesso dos estudantes à escola, inviável o atendimento à saúde. Enfim, acho que melhora de forma geral a vida da comunidade, desses pequenos municípios, dos grotões de Minas Gerais, uma reivindicação antiga. No Governo Lula, há possibilidade de esse clamor tornar-se realidade. Durante tantos e tantos anos, sucessivos Governadores foram aos municípios. Pergunto aos Deputados, que com certeza têm notícia de candidatos a Governo do Estado que prometeram fazer isso e que depois de eleitos não cumpriram. Por meio de uma política de crescimento econômico, o Governo Federal dá todas as possibilidades, inclusive o Congresso e o Senado aprovarão esse financiamento, dando possibilidade de ligação asfáltica.

Fico feliz, como Deputado desta Casa, de ter contribuído com o processo de votação. O Bloco PT-PCdoB votará a favor desse projeto importante de ligação asfáltica de 224 municípios. Queremos que o Governo do Estado não faça demagogia. Esse dinheiro é do povo, é um empréstimo, e a população é que irá pagar, por meio de impostos e taxas, juros e multas. O próprio Deputado da base falou sobre clientelismo. Esperamos que isso não aconteça, esperamos que haja critério de prioridade para os municípios que necessitam, ainda neste ano, que o asfalto aconteça. Votamos também favoravelmente aos R\$10.000.000,00 para o programa de eletrificação rural do Noroeste de Minas. Lembro-me muito da luta do ex-Deputado Almir Paraca, que cobrava do ex-Governador Eduardo Azeredo a eletrificação do Noroeste de Minas. Lembro-me também do Vereador do PT de Paracatu que sempre cobrou essa ligação. Agora, temos a possibilidade de tudo se tornar realidade com o Bloco PT-PCdoB tomando a frente dos encaminhamentos e da aprovação desses projetos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, é claro que não precisamos fazer proselitismo. Todos parecem favoráveis a esse projeto. Quero apenas esclarecer que o Governo de Minas Gerais tomou todas as cautelas possíveis para a execução dessas obras, até mesmo no preparo dos municípios a receber a ligação asfáltica. É muito comum, quando um município pequeno recebe atendimento por asfalto, que o comércio do lugar sofra prejuízo, considerando-se que as pessoas ficam próximas de grandes municípios. Nesse caso, é diferente. Quando estava ainda no SEBRAE, recebemos do Governador Aécio Neves a responsabilidade, juntamente com os outros Diretores, de preparar um projeto denominado Caminhos para o Desenvolvimento, que irá treinar, preparar e capacitar o comércio e os empresários dos municípios que receberão o asfalto para que se tornem competitivos e tenham o seu conforto e sua economia preservada.

Sr. Presidente, não se trata de um projeto sem critério, pelo contrário, está calcado nos princípios da responsabilidade, da moralidade e do compromisso. Portanto, não vejo necessidade de fazer mais comentários. Estamos convencidos de que a Casa quer, de que Minas quer e o Governo está liderando com muita habilidade essa matéria. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, serei breve. Quero cumprimentar o Governador por essa grande iniciativa. Sabemos que o processo trará um enorme benefício. Temos percorrido o Norte de Minas, o Noroeste, o Jequitinhonha, essas partes mais afetadas - municípios que ainda não têm essa ligação asfáltica -, o que, certamente, vem trazendo grande prejuízo para o desenvolvimento social daquelas regiões.

Esta Casa, sem dúvida, tem dado grande contribuição ao Governo de Minas. Aprovando esses projetos, possibilitaremos sua transformação em realidade, ou seja, permitiremos que o poder público promova o desenvolvimento social de nosso povo, que é o papel que lhe cabe.

Os cinco Deputados da Bancada do PDT estão em Plenário votando favoravelmente ao projeto. Portanto, Sr. Presidente, nós o encaminhamos favoravelmente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.008/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 40 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das demais matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.004/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 2.004/2004

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

"Art. - O Poder Executivo observará na negociação com o BIRD a busca das melhores condições financeiras para o Estado, considerando, entre outras, a melhor combinação de prazo de amortização, prazo de carência, forma de pagamento e taxa de juros."

Sala das Reuniões, 11 de maio de 2005.

Colégio de Líderes

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foi apresentada ao projeto emenda do Colégio de Líderes, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será votada independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de encaminhar a votação em 2º turno desse projeto de lei, explicitando a posição do Bloco PT-PCdoB. Logo que esse projeto chegou à Assembléia, o bloco identificou imprecisões e falhas graves no seu conteúdo. Um projeto muito genérico que sequer especificava as áreas prioritárias de investimento dos US\$170.000.000,00. Realizamos uma audiência pública nesta Casa, na Comissão de Fiscalização Financeira, na qual identificamos outros erros como, por exemplo, a previsão de contrapartida financeira, que não era o caso, pois tratava-se de um empréstimo programático. Também levantamos questões vinculadas à prestação de contas da aplicação desse recurso, sua transparência, assim como discutimos seu objetivo principal: a melhoria da gestão pública em Minas Gerais. E a melhoria da gestão pública passa pela valorização do servidor do Estado. Como solicitar da Assembléia uma autorização de US\$170.000.000,00 sem sequer encaminhar as tabelas remuneratórias dos servidores? Fizemos esse debate. A Oposição cumpriu o seu papel, a base do Governo também, porque negociou e, tendo maioria na Comissão, conseguiu, após o acordo, aprovar importantes emendas. A base dessa negociação deu-se exatamente nesses dois pontos: melhoria e aperfeiçoamento do projeto e valorização do servidor público com o envio das tabelas remuneratórias. Quanto ao primeiro item, hoje estamos votando um projeto que suprimiu uma expressão genérica que permitia a privatização do serviço público em Minas com recursos externos. Isso foi suprimido do projeto por meio de emenda da Comissão de Fiscalização Financeira.

Conseguimos a aplicação dos US\$170.000.000,00 nos 131 projetos estruturadores do Plano Plurianual do Governo do Estado, oferecendo, portanto, coerência entre recurso contraído e prioridades aprovadas pela Assembléia. Conseguimos, ainda, prestação de contas quadrimestral, em audiência pública, das aplicações oriundas da contratação desse empréstimo. Agora, em 2º turno, estamos votando duas emendas importantes. Na primeira delas, já aprovada na Comissão, na forma do vencido, estamos exigindo que a prestação de contas quadrimestral seja realizada por projeto estruturador, identificando a execução orçamentária e o cumprimento das metas físicas. Isso é muito importante. A Assembléia, em audiência pública, de quatro em quatro meses, saberá onde, como, em qual projeto estruturador e que o impacto, na vida das pessoas, esse recurso terá.

Outro ponto importante é que foi suprimida a necessidade de contrapartida financeira. Agora, com uma emenda aprovada, em 2º turno, apresentada pelo Colégio de Líderes, fica o Poder Executivo obrigado, além de remeter o contrato celebrado com a instituição no prazo de 30 dias, a buscar as condições mais adequadas, compatibilizando prazo de carência, juros, critérios de amortização. Temos de ter em vista a situação financeira do Estado.

O conjunto dessas emendas aperfeiçoou muito o projeto. Nosso bloco entende que seria ideal que esse projeto tivesse vindo mais detalhado, área por área, aplicação por aplicação, mas não veio.

Conseguimos, então, vincular os projetos estruturadores, a prestação de contas quadrimestral, suprimir a possibilidade de privatização do serviço público. Vamos votar favoravelmente, compreendendo que o Estado precisa de um nível maior de investimento em áreas críticas, saúde, educação, assistência social, segurança pública e infra-estrutura. Vamos aprová-lo seguindo a lógica de uma oposição construtiva, que tem compromisso com o interesse público, que coloca Minas Gerais acima das divergências legítimas, que não podem prejudicar o povo de Minas. Fizemos todo o esforço para conferir transparência, racionalidade e coerência ao projeto, vinculando-o às prioridades do Estado. Além disso, tivemos uma grande conquista, pois o Governo deverá enviar, até o dia 30 de junho, as tabelas remuneratórias das áreas de saúde e de educação, compreendendo o contingente de 66% do servidor público de Minas. Não é justo que Minas tenha ainda um piso salarial de R\$212,00. Não é justo com o profissional nem com as crianças nem com as famílias, que esperam do Estado uma melhor prestação de serviço público. Entendemos que as tabelas remuneratórias já deveriam ter sido encaminhadas no início do ano. Foi preciso a mobilização dos servidores, o empenho do bloco de oposição e da bancada do Governo, para se chegar a esse entendimento. Esperamos que essas tabelas cheguem, de fato, até o dia 30, para que possamos construir nesta Casa um acordo que agilize a votação, a fim de que o servidor público tenha a motivação, o estímulo e o reconhecimento necessários ao exercício digno de seu trabalho.

Não se trata de defesa corporativa de um segmento ou de outro, mas de valorizar a prestação de serviço público, razão maior da existência do Estado brasileiro nos níveis federal, estadual e municipal. O poder público existe para prestar bons serviços públicos, garantir a cidadania, reduzir as desigualdades sociais, promover a distribuição de renda e elevar e emancipar as pessoas. Não se emancipa o cidadão se o serviço público não tem qualidade, e esta não passa simplesmente por uma concepção burocrática de modernização da gestão, mas pela efetiva valorização de quem presta o serviço público, principalmente nas áreas sociais de educação, saúde e promoção da assistência e da segurança pública em nosso Estado.

Portanto, o bloco, em uma posição madura, votará favoravelmente ao projeto, porque, primeiro, as emendas apresentadas por nós foram incorporadas para garantir vinculação do empréstimo às prioridades do Estado. Seguiremos, passo a passo, centavo a centavo, a aplicação do recurso. Não o queremos para fazer caixa ou para obra eleitoral ou para criar condição política eleitoral favorável ao Sr. Governador. Desejamos que esse recurso seja verdadeiramente aplicado onde são mais sentidas as prioridades: no coração, na alma e na vida do povo mineiro.

Portanto, as audiências quadrimestrais, o relatório de execução orçamentária e o relatório de execução de meta física serão rigorosamente acompanhados pela Oposição em Minas Gerais, assim como estaremos junto às entidades sindicais para que as tabelas remuneratórias cheguem no prazo acertado, com incorporação da EPRC e do abono e com a perspectiva do reajuste salarial para o servidor, que há tantos anos não tem o devido reconhecimento.

Em nome de Minas Gerais, dos servidores e da boa prestação de serviços públicos no Estado, mais uma vez a Oposição dá o exemplo de compromisso com Minas Gerais, o que, no plano federal, muitas vezes a Oposição não faz, votando até em Severino Cavalcanti para impor desgaste ao Governo Lula. Em Minas, a Oposição é diferente, a Oposição do PT e do PCdoB pensa no Estado e, por isso, votará favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.004/2004, no 2º turno. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Jésus Lima.

O Deputado Jésus Lima* - Sr. Presidente, também desejo manifestar o meu voto favorável a esse projeto, fazendo apenas uma comparação: esse empréstimo de US\$170.000.000,00 equivale aproximadamente a R\$500.000.000,00, e, para termos idéia do volume de recursos, a PETROBRAS, que acaba de anunciar o pólo petroquímico para Minas Gerais, investirá no Estado R\$2.700.000.000,00. Ou seja, cinco vezes mais será o investimento que a PETROBRAS fará no Estado de Minas Gerais. O País cresce, e também Minas. O Presidente Lula faz o Brasil e também Minas Gerais crescerem. Esse é o grande avanço que temos com o Presidente Lula, que realiza um trabalho competente e honesto, fazendo com que o nosso Estado vá para frente.

Sr. Presidente, quanto a esse volume de recursos, US\$170.000.000,00, desejamos realmente que haja transparência e que, a cada período, saibamos para onde está indo esse recurso. Faço um apelo ao Governador para que se atenha a um problema e a uma questão que penso ser fundamental para avançarmos no crescimento no Estado: o biodiesel.

O biodiesel recebe investimento do Governo Federal com o fim de abrir linhas de crédito, subsidiar juros, isentar de IPI e COFINS, ou seja, há uma política de crescimento para o País. Em Minas Gerais, entre esses 31 projetos estruturadores do Estado, não vi ainda empenho ou alguma cláusula que diga respeito à questão do biodiesel, que é fundamental para gerar empregos e riqueza para os pequenos produtores nas regiões mais pobres do nosso Estado.

É importante haver uma política em relação ao biodiesel, que está para o crescimento do País tal qual ocorreu com o Pró-Álcool. Mas não estamos vendo, por parte do Governo do Estado, nenhuma preocupação nesse sentido. O Governo Federal faz a sua parte, no entanto, o Governo de Minas cruza os braços, ou melhor, mais atrapalha que ajuda. Essa é a realidade: o Governo Federal quer ajudar os pequenos produtores rurais a se aglomerarem e formarem cooperativas para produzir o biodiesel; porém, não estamos vendo da parte do Governo do Estado nenhum incentivo, nenhuma política, nenhum projeto de lei que vise a dar incentivos aos produtores de oleaginosos.

Então, faço um apelo ao Governo do Estado e às Lideranças que o representam nesta Casa para que seja enviado, o mais rápido possível, um projeto de lei incentivando, dando subsídios nos impostos, para que os pequenos produtores rurais, ou as pessoas que têm um pedaço de terra, tomem recursos do PRONAF e se sintam motivados a plantar e a investir. Até 2008, 2% de biodiesel será acrescentado ao diesel comum e, até 2013, 5%.

Portanto, queremos que o Governo do Estado, dentro desses projetos estruturadores, atenha-se a essa questão. Assim, poderemos alavancar ainda mais o nosso Estado. Além do pólo petroquímico que o Governo Lula está investindo, precisamos dessa parceria com o Governo do Estado, para que possamos ter um incentivo a mais nesse projeto que alavancará o desenvolvimento do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.004/2004 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 26/4/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Genaro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.249/2005 (Deputado Ermano Batista), 2.252/2005 (Deputado Gilberto Abramo), 2.226/2005 (Deputado Gustavo Corrêa), 2.081/2005 (Deputado Sebastião Costa), 2.250/2005 (Deputado Adelmo Carneiro Leão), 2.251, 2.247 e 2.248/2005 e Projeto de Lei Complementar nº 63/2005 (Deputado George Hilton). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.029/2005 na forma do Substitutivo nº 1, 2.112/2005 com a Emenda nº 1, 1.653/2004 (relator: Deputado Gustavo Corrêa - registra-se o voto contrário do Deputado Adelmo Carneiro Leão ao parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.112/2005); 2.113/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.114/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.111/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa - registra-se o voto contrário do Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.059/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.689/2004 e 2.131/2005, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelos respectivos relatores, Deputados Sebastião Costa (em virtude de redistribuição) e Dalmo Ribeiro Silva. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Gustavo Corrêa, que conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.011/2004, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Projeto de Lei nº 1.991/2004 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Corrêa aprovado pela Comissão. São convertidos em diligência ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 2.095/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.203/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão) e 2.220/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.189, 2.195 e 2.210/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição); 2.193 e 2.208/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.197, 2.215 e 2.222/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.205 e 2.217/2005, com as Emendas que receberam o nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.214/2005 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 2.219/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gustavo Corrêa); e 2.223/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição). São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.225 e 2.168/2005 e, ao Diretor-Geral do DER, o Projeto de Lei nº 2.211/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ermano Batista - Adelmo Carneiro Leão - Sebastião Costa - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gilberto Abramo.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 26/4/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, com as Emendas nºs 1 e 2, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.005/2004 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Nesse momento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva transfere a Presidência ao Deputado Gilberto Abramo e retira-se do recinto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.028/2005 com as Emendas nºs 1 a 5 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva - leitura do parecer feita pelo Deputado Sebastião Costa); 2.172/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado George Hilton). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 2.016/2004, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado George Hilton. O Projeto de Lei nº 2.059/2005 é retirado da pauta por ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, pela antijuridicidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.131/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva - parecer lido pelo Deputado Ermano Batista). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Marlos Fernandes - Gustavo Valadares - Ermano Batista - Antônio Júlio.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da CPI da Mina Capão Xavier, em 5/5/2005

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Márcio Kangussu, Biel Rocha, Antônio Júlio, Domingos Sávio e Dinis Pinheiro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Irani Barbosa e Leonardo Quintão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente solicita ao Deputado Dinis Pinheiro que faça a leitura da correspondência enviada pelo Desembargador Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na qual encaminha documentos solicitados pela Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento do Sr. Inácio Pereira Garcia Júnior, ex-Gerente Regional do IEF, em Barbacena, que, após se qualificar, faz suas considerações iniciais e é questionado pelos parlamentares presentes. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Biel Rocha faz a leitura da nota técnica que conclui que o requerimento apresentado pelo Deputado Irani Barbosa na reunião anterior, no qual solicita seja encaminhado ofício ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais para que informe se possui e quais são os equipamentos para resgate em águas profundas, não guarda conformidade como o objeto de investigação da CPI. Por esse motivo, o Presidente deixa de colocar em votação o referido requerimento. São submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados requerimentos do Deputado Biel Rocha solicitando: que seja realizada visita técnica da Comissão à Mina Capão Xavier, para se verificar "in loco" a situação do empreendimento, se possível, com sobrevôo na área de influência da mineração, e que seja encaminhado ofício ao COPAM para que informe à Comissão se no processo de licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier foi exigida a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de sinistros de afogamento e outros, no lago a ser formado após o término do empreendimento,

bem como sobre a forma de gestão e monitoramento desse corpo d'água; do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja enviado ofício ao Diretor-Geral do IEF, para encaminhar à Comissão cópia dos Processos de Autorização de Supressão de Vegetação nºs 0902549 e 0902550/2003; do Deputado Domingos Sávio em que solicita sejam encaminhados os seguintes ofícios: ao IEF, para que encaminhe à Comissão a documentação que autoriza a supressão de vegetação na área de implantação da estrada de acesso ao empreendimento da Mina Capão Xavier; à Prefeitura de Belo Horizonte, para que disponibilize a documentação relativa à área de cessão de uso do empreendimento da Mina Capão Xavier, nela incluída o registro do imóvel, da área, da planta e da dimensão; e à MBR, para que encaminhe a documentação relativa ao pedido de supressão da área de vegetação para fins de abertura da estrada de acesso à Mina Capão Xavier, bem como sobre a averbação da reserva legal na matrícula do imóvel de localização do empreendimento; da Deputada Lúcia Pacifico solicitando que sejam ouvidos pela Comissão os Diretores da Companhia Vale do Rio Doce, controladora da empresa MBR; e do Deputado Adalclever Lopes solicitando seja informado pela Diretoria Legislativa da Assembléia se o Sr. Ricardo Carneiro já esteve nesta Casa representando a MBR. O Presidente informa que o teor da reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação do Sr. Inácio Pereira Garcia Júnior, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Irani Barbosa - Leonardo Quintão - Adalclever Lopes - Dinis Pinheiro - Olinto Godinho.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/5/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado José Milton, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 222/2004 (relator: Deputado Miguel Martini), que recebeu parecer pelo acatamento na forma do requerimento apresentado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita a realização de reunião conjunta da Comissão e da Comissão de Segurança Pública, para debaterem, em audiência pública, com os convidados que menciona, a adoção de mecanismos de segurança para os trabalhadores e usuários de agências bancárias; e da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Rogério Correia em que solicitam a realização de audiência pública, com os convidados que mencionam, para se debaterem os avanços e entraves enfrentados pela Coordenação do Fórum Mineiro de Saúde Mental, que coordena a comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão - Miguel Martini.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 16/5/2005, destinada à entrega da Medalha do Mérito Legislativo.

Palácio da Inconfidência, 13 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Djalma Diniz, Irani Barbosa e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2005, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Roberto Ramos e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2005, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2005.

Sebastião Helvécio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.108/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o Projeto de Lei nº 2.108/2005 visa declarar de utilidade pública o Grupo da Saudade Terceira Idade de Bom Sucesso, com sede nesse município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade referida no relatório, constituída em 1995, tem como objetivo proporcionar melhor integração entre os seus associados e a comunidade.

Para alcançar suas metas, desenvolve atividades recreativas e esportivas, tais como aulas de ginástica, de natação, gincanas, bailes e viagens.

Dessa maneira, busca o bem-estar e o convívio saudável entre pessoas com idade mínima de 40 anos.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.108/2005, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2005.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.195/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Governador do Estado fez remeter a esta Casa, por via da Mensagem nº 366/2005, o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Herculégio Antônio Borges à Escola Estadual de Conceição das Alagoas, situada nesse município.

Após exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Cabe ressaltar, inicialmente, que a indicação do nome de Herculégio Antônio Borges para denominar a Escola Estadual de Conceição das Alagoas se nos afigura oportuna, pois ele foi dessas pessoas que, durante o período da sua vida produtiva, sempre trabalhou pensando no bem-estar do próximo. Além do mais, notabilizou-se como renomado educador, prestando relevantes serviços à comunidade de Conceição das Alagoas.

É justo, portanto, que lhe seja prestada a devida homenagem pelo poder público do Estado.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.195/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2005.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.215/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria da Deputada Jô Moraes, o projeto de lei em tela visa seja declarado de utilidade pública o Centro Recreação de Atendimento e Defesa da Criança e Adolescente, com sede nesta Capital.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em análise, no cumprimento de seus dispositivos estatutários, presta atendimento educacional a menores de rua, atua na formação de pessoal voltado para o ensino especializado. Aqueles menores que inspiram maiores cuidados são encaminhados para os setores públicos para que lhes sejam oferecidos saúde, segurança e serviços de primeira necessidade. Além disso, o referido Centro articula com outras instituições para implantar atividades produtivas e oferecer suporte à iniciação profissional dos menores desassistidos.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.215/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2005.

Ana Maria Resende, relatora.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 12/5/2005, a seguinte comunicação:

Do Deputado Carlos Pimenta, dando ciência do falecimento de Antônia Soares Pereira, ocorrido em 8/5/2005, em Montes Claros. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 10/5/2005

O Deputado Antônio Andrade* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna falar sobre uma audiência realizada com o Governador do Estado no dia 27/4/2005, para tratar de algumas reivindicações do Noroeste mineiro.

Na audiência com o Governador, estavam presentes os Srs. Vasco Praça Filho, Prefeito de Paracatu, João Cardoso, Prefeito de Brasilândia, e Rutilio Cavalcante, Prefeito de Uruçuia, acompanhados das lideranças políticas e empresariais dos municípios do Noroeste mineiro. Também estavam presentes vários Vereadores, entre eles José Maria Andrade Porto, Greick José de Oliveira, Paulo Pereira e Glória Paraca. Compareceu também o Sr. João Jesus Macedo, Vice-Prefeito de Paracatu, o Presidente do Sindicato Rural de Unaí, e o Vereador José Maria, também de Unaí, acompanhados de alguns empresários, como os Srs. Joaquim Santiago, Luiz Fernando e João Alves, que encabeçam a Comissão Pró-Asfalto, para o asfaltamento da estrada que liga Paracatu a Brasilândia.

Todos reivindicavam o que é fundamental para o desenvolvimento do Noroeste de Minas: estradas. Essa região é a maior produtora em expansão do Estado e não tem sua produção aumentada por falta de estradas e de energia elétrica. Os Prefeitos, os Vereadores e os empresários vieram justamente reivindicar o asfaltamento da estrada que liga Paracatu a Brasilândia de Minas, que passa pelo projeto Entre Ribeiros, maior projeto de irrigação por pivô central da América Latina. A grande dificuldade por que passa a região é justamente o escoamento da produção. Quando se compram insumos, há a dificuldade da sua busca, e, quando há produção, há a dificuldade imensa, principalmente no período de chuva, do seu escoamento.

Para que alguns entendam a importância de uma estrada para a produção agrícola, informo que o frete de alguns produtos agrícolas representa mais de 30% do preço final da sua venda.

Nessa audiência pública, o Governador prometeu às lideranças políticas e empresariais a determinação ao DER, naquele instante, da elaboração do projeto para que, imediatamente, os recursos fossem destinados para o asfaltamento daquela estrada, que é de fundamental importância para o projeto Entre Ribeiros, que representa mais do que promete a transposição do rio São Francisco para o Nordeste.

Com as lideranças de Unaí, ficou acertado o asfaltamento da rodovia que liga Bonfinópolis à BR, no ponto conhecido como Posto dos Gordos, que é também outra região, uma chapada, que atravessa quatro municípios mineiros.

O Governador se mostrou muito sensível e afirmou que o Noroeste não pode ser tratado como a região do futuro, mas sim do presente, dada a sua importância. É preciso que a região se desenvolva para que a produção agrícola do Estado aumente. O Deputado Elmiro Nascimento, que a conhece bem, sabe de seu potencial agrícola. No Norte, procura-se água, e lá há abundância de águas, pois temos o rio Paracatu, um dos maiores afluentes do São Francisco, também interligado pelos rios Uruçuia, Preto e outros. Ou seja, há fartura de irrigação, e só não produzimos mais pela deficiência de estradas e energia elétrica.

Na semana passada, o Governador lançou um projeto de fundamental importância para a região. Serão destinados R\$150.000.000,00 para as linhas de transmissão que irão atravessar todo o Noroeste, possibilitando fornecimento de energia para movimentação dos pivôs centrais do local. Hoje, mais de 40% deles ainda são movidos a diesel. Portanto o que mais precisamos para crescer são estradas e energia elétrica.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Cumprimento-o pelo pronunciamento. Conheço bem a região e sei de seu potencial para o agronegócio. A estrada que liga Paracatu a Brasilândia é muito importante. Como disse V. Exa., a maior concentração de irrigação da América Latina está no Noroeste, graças, também, às tecnologias utilizadas pelos produtores. Com o projeto lançado pelo Governador, a produção irá explodir, o que ajudará muito o País na exportação e geração de emprego. Parabéns! Toda a Assembléia está unida pela importância da região para o País, principalmente no setor agrícola.

O Deputado Antônio Andrade* - Obrigado. Na mesma audiência, o Governador nos prometeu o recapeamento da MG-188, que vai de Paracatu até Unaí, ligando as duas maiores cidades do Noroeste, onde há grande escoamento da produção. A rodovia está esburacada, em péssimas condições, o que dificulta o tráfego no coração da região.

O problema da segurança pública também o sensibilizou. Nos últimos tempos, fatos estranhos têm ocorrido na região, que sempre foi marcada pelo trabalho e pelo crescimento. Em Paracatu, um Juiz foi seqüestrado. Em João Pinheiro, o chefe da quadrilha de drogas era um Cabo da Polícia Militar. Ele foi preso, em março, com 7kg de cocaína, em Mato Grosso. Fatos como esses não ocorriam.

O Governador já determinou o atendimento dessas reivindicações. Agradecemos a audiência que tivemos com o Governador. A esperança se renova no povo do Noroeste de Minas em relação ao binômio energia e estrada, depois da promessa e dos encaminhamentos feitos pelo Governador às Polícias Militar e Civil para que não ocorram fatos desagradáveis como esses e para que nossos produtores e nossa gente tenham segurança.

Os empresários estão dispostos a fazer parceria com o Governo do Estado, a fim de se construírem e asfaltarem as estradas, devido à importância dos produtos de exportação. O Noroeste de Minas é um grande exportador de abóbora para o MERCOSUL. Todos os produtos requerem um custo imenso de transporte. O custo do transporte do milho, por exemplo, representa mais de 30% do preço final de venda. A estrada é muito importante. Todos os produtores deixaram claro que estão dispostos, se necessário, a entrar na parceria privada para que essas estradas sejam construídas. Assim feito, tenham a certeza de que o Noroeste de Minas dará um grande salto na produção agrícola, afirmando-se como a maior região produtora do Estado e saindo dos 2% de contribuição de ICMS para uma cifra bem maior.

Quero externar o agradecimento ao Governador e aos Deputados e pedir seu apoio para um projeto de empréstimo de US\$10.000.000,00 para a eletrificação rural do Noroeste de Minas, que é de fundamental importância. Só dá importância à falta de energia quem não a tem. Quem possui energia elétrica em casa não sabe quanto a falta dela tem travado o crescimento do Noroeste de Minas. Fica o agradecimento ao Governador e o pedido para que, ao voltar para o 2º turno, esse projeto seja votado o mais rápido possível. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos e cidadãs das galerias e telespectadores da TV Assembléia, boa tarde.

Quero fazer alguns agradecimentos. A vida pública nos possibilita, além dos desafios do dia-a-dia, a oportunidade de construir amizades. Tive a felicidade de receber uma homenagem extremamente gratificante da Câmara Municipal de Tiradentes, que me concedeu o Título de Cidadão Honorário daquela terra querida, cidade que é síntese do espírito de todos os mineiros, terra do nosso patrono e mártir da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier. Além da honraria de ser cidadão de Tiradentes, tive o privilégio de poder sentir-me como todos os mineiros e brasileiros conterrâneos desse que é exemplo para todos nós, nosso eterno referencial de liberdade, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Coincidentemente, minha história de amizade com a Polícia Militar, que tem como patrono o Tiradentes, trouxe-me outra alegria. Fui convidado para ser o paraninfo da turma de formandos dos Soldados da Polícia Militar da 2ª Região Militar do Centro-Oeste de Minas.

Ali se formaram 170 militares, e tive a honra de ser convidado para paraninfá-los. Agradeço ao Cel. Sócrates, Comandante da Polícia Militar e, ao cuprimentá-lo, cumprimento a polícia de modo geral; ao Cel. Gentil Alberto, grande figura, Comandante da 2ª Região; ao Cel. Alcides, do 7º Batalhão; ao Cel. Paulino, meu amigo de Divinópolis, companheiro de lutas do dia-a-dia.

Vejo o nosso companheiro Deputado Sargento Rodrigues. Esqueci-me de mencioná-lo no meu pronunciamento. Ressalto que V. Exa. é bravo defensor da Polícia Militar. Alegro-me em aprender com V. Exa. e, a cada dia, admirá-lo mais, pois está sempre atento à defesa dos interesses do povo mineiro e, em especial, da nossa gloriosa Polícia Militar.

Aproveito a oportunidade para destacar o belíssimo trabalho realizado pela Polícia Militar em Divinópolis, em parceria com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Civil. Lá vimos claramente o resultado da integração, na prática, dessas forças de segurança. Houve algumas ações policiais nas áreas de maior risco, com visíveis resultados.

Para nosso orgulho, Divinópolis, cidade hospitaleira, cujo povo é festivo e ordeiro, sediou um evento de alcance nacional, a Festa Nacional da Cerveja - FENACER. Por se tratar de grande evento, preocupava-nos a alta incidência de criminalidade. Nesse evento, que ocorreu no início de maio, houve baixo índice de criminalidade - abaixo da rotina da cidade -, por causa da fantástica ação das Polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros e, naturalmente, dos organizadores do evento.

Mando um abraço fraterno ao Bezerra, Luís Cláudio, irmão do nosso querido Deputado Federal Jaiminho e organizador da FENACER, que deu um "show" de competência e organização, que contou com a liderança do Nete Assunção na área de comunicação. A presença das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros mostrou que a integração é algo saudável para a ação das polícias, com um resultado benéfico para a população.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheiro Deputado Domingos Sávio, quero cumprimentá-lo, já que V. Exa. ressalta a importância das ações do nosso Governador Aécio Neves.

Realizamos um breve levantamento e concluímos que, nos últimos quatro Governos, o Governador Aécio Neves, com apenas dois anos e quatro meses de efetivo mandato, conseguiu incluir nos quadros das Polícias Civil e Militar um efetivo acima de todos os Governos anteriores.

Já disse anteriormente que o Governo acerta porque sabe que, na segurança pública, há duas linhas mestras de atuação: uma no campo do aparelho repressor, da força, relacionada aos equipamentos, ao efetivo e à presença ostensiva da polícia investigadora; e outra no campo da prevenção social, com os vários projetos em andamento, especialmente o Fica Vivo, implantado pelo Governador em várias áreas degradadas, de risco, que está obtendo resultados substanciais na prática, na redução da violência, principalmente dos crimes praticados contra a vida, os chamados homicídios. Obviamente, gostaríamos que essa ação ocorresse num curto espaço de tempo, mas é impossível.

V. Exa. aborda o tema da integração. Realmente, está corretíssimo. Temos de apoiar o nosso Governador pela acertada decisão. O Secretário de Defesa Social precisa realizar reuniões quinzenais para discutir o assunto.

Parece-me que agora fará reuniões semanais ou quinzenais. Isso tem de se repetir na prática, inclusive nas outras instâncias hierárquicas que estão no nível do destacamento do pelotão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Delegacia da Polícia Civil. É preciso criar uma rotina de trabalho. Assim, quinzenalmente, os chefes de polícia, em sua região, poderão reunir-se, discutir, planejar e executar ações conjuntamente. Temos certeza de que esse somatório de esforços, essas forças unidas nos trarão resultados positivos. Conseqüentemente, ocorrerão melhorias, eficácia, qualidade na prestação do serviço de segurança pública.

Cumprimento a população da região de Divinópolis, especialmente a cidade de V. Exa. Esse fato demonstra que o Governador assume uma posição correta e que o Secretário de Defesa Social está no caminho certo. Estamos aqui para respaldar essa correta ação do Governo, pois otimiza recursos humanos e logísticos. Além disso, produz eficiência na prestação do serviço de segurança pública. Portanto, cumprimento V. Exa. e agradeço-lhe o aparte. V. Exa., de forma acertada, faz seu pronunciamento. Certamente, nosso pronunciamento contribui para que as demais regiões, os demais municípios busquem e antecipem cada vez mais o processo de integração das forças de segurança pública em nosso Estado. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço-lhe, prezado Deputado Sargento Rodrigues. Antes de conceder aparte ao Deputado Weliton Prado, concluirei o raciocínio sobre a questão da segurança.

De fato, percebemos que se está na direção. O Governador, em relação aos Governos anteriores, viabilizou um maior número de vagas. Ou seja, tendo cumprido apenas metade ou um pouco mais da metade do seu mandato, já sinaliza com a liberação, autorização de concurso para mais 5 mil vagas. Investir em segurança pública é uma decisão acertada.

Ainda possuímos muitos problemas. Todavia, estão sendo enfrentados de maneira correta. O Governador, a nosso convite e a convite do Prefeito Demetrius Arantes e da comunidade, visitará Divinópolis esta semana. A exemplo do que fez em Uberlândia e em outras cidades, dará sinais de que vai atender aos apelos que fazemos por investimentos na segurança pública no Centro-Oeste mineiro. Com certeza, a construção de um centro de reabilitação e de educação para menores, de um albergue para os presos que estão em regime de liberdade condicional, bem como investimentos em armamentos, viaturas e policiais para todas as cidades, tudo isso servirá para consolidar esse trabalho.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, agradeço-lhe o aparte. Nessa mesma linha, farei minha explanação. A segurança pública é uma das maiores preocupações da população. O aumento da criminalidade, da violência, requer medidas urgentes, imediatas por parte dos poderes públicos municipal, estadual e federal.

Aproveite este momento para fazer um pedido. Como V. Exa. apóia o Governador Aécio Neves, peço-lhe que faça gestões junto a ele. Recentemente formaram-se mais de 700 policiais, entre Detetives, Escrivães, Peritos e Delegados. Esse pessoal foi designado para o interior do Estado. Realmente, trata-se de uma medida importante; ocorre, porém, que esses Detetives estão há mais de um mês sem trabalhar, pois não existem armas, coletes e viaturas. Além do mais, na maioria das cidades não existem computadores. Então, há mais de um mês estão de braços cruzados. Agora, formaram-se mais 2 mil policiais militares. Isso é muito bom. Aliás, é preciso se formarem mais. O Governo do Estado adquiriu apenas 148 armas. Como fica a situação?

Conversei hoje, na Comissão de Segurança Pública, com o Deputado Antônio Júlio. Na oportunidade, ele disse: "Às vezes, o policial se depara com um bandido, pega o revólver, normalmente um trinta-e-oito enferrujado; no entanto, em vez de apertar o gatilho, vê-se obrigado a bater com o revólver na testa do bandido, pois sabe que tem mais chance de acertar. Ou seja, ele sabe que, se atirar, corre o risco de errar. O problema é muito sério. Como fica a situação psicológica dos policiais, já que precisam sair às ruas, sem coletes, para enfrentar os bandidos, a criminalidade?"

Trata-se de questão muito séria, sendo necessário mais investimento nessa área por parte do Governo do Estado. Quanto a Uberlândia, o Governador fez o anúncio, mas até hoje os recursos não foram liberados, e a população está cobrando. Além disso, essa liberação tem de atingir também outras regiões do Estado, porque a criminalidade está aumentando muito em cidades como Montes Claros, no Norte de Minas, e Teófilo Ottoni. Nessa cidade, onde estive recentemente, vem acontecendo mortes dentro da sala de aula, problema muito sério sobre o qual vamos propor audiência pública. O Deputado Sargento Rodrigues já aprovou requerimento para discutir esse aumento da criminalidade em Teófilo Ottoni. Nós nos reuniremos em Araguari, na quinta-feira, dia 12.

A ação, que precisa ser urgente, deverá ocorrer nos âmbitos municipal, estadual e federal, para que esses novos policiais tenham condições de trabalhar, portando equipamentos e armamentos para, assim, cumprir suas obrigações.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço as palavras do Deputado Weliton Prado, mas quero dizer que ele está carecendo de um pouco mais de informação no que diz respeito à aquisição de armamento. O Governo do Estado adquiriu mais equipamentos, de forma bastante criativa e de interesse, o que mostra sua competência. Algumas empresas estavam devendo impostos para o Estado, que negociou com elas de forma habilidosa e inteligente. Foi adquirido, no Governo Aécio Neves, mais armamento que no Governo anterior. E, com certeza, mais ainda será adquirido, porque este Governo é sério, tanto que equilibrou as finanças e trabalha para todo o povo mineiro, não apenas para a platéia, fazer discursos sensacionalistas. De certa forma, há contribuição da Oposição. Afinal, todos queremos que o Estado de Minas melhore, mas é preciso que façamos afirmações com melhor conhecimento de causa.

Antes de concluir, gostaria de falar sobre um trabalho importante que estamos fazendo junto à FIEMG e à UEMG. Estaremos reunidos amanhã, em audiência com o Governador, quando entregaremos a ele proposição por parte da FIEMG e da UEMG, para criação de um centro tecnológico em Cláudio. Naturalmente buscaremos o apoio do Governo do Estado para algumas questões de infra-estrutura.

Registro voto de louvor à Universidade do Estado de Minas Gerais, em virtude de o "campus" de Divinópolis ter conseguido sagrar-se entre os

melhores do Brasil no curso de Enfermagem, na última prova realizada pelo MEC, o que traz maior motivação para que continuemos cobrando do Governo maior apoio para nossa UEMG.

Em Divinópolis, a "Capital da Moda", está sendo realizada a Feira Internacional de Material e Produtos do Vestuário. Esse município é sede dessa feira, que reúne produtores do Brasil inteiro. Prestigiando o evento, contaremos com a presença do Governador, na próxima quinta-feira.

Amanhã estaremos, com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, realizando, com a aquiescência da Presidência da Casa, audiência pública nesta Assembléia para tratar de assunto relativo ao vestuário, aos fogos de artifício, às indústrias mineira e brasileira, ou seja, para tratar do problema da invasão dos produtos chineses no Brasil e da concorrência predatória, o que está destruindo a indústria brasileira. A China é um país onde o salário mínimo não atinge US\$30,00, em que a carga tributária não chega a 15%, e que tem colocado seus produtos no Brasil por menos da metade do custo de produção do produto brasileiro, gerando desemprego e destruindo a economia brasileira.

Queremos, de forma respeitosa, mas urgente, solicitar que o Governo Federal desperte para isso, que dispare o alarme. É hora de o Brasil reagir, antes que as empresas brasileiras fechem e o desemprego volte a crescer no Brasil.

Essa audiência pública de amanhã, para a qual volto a convidar os Deputados, terá esse propósito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores; quero abordar nesta tarde dois assuntos que julgo - e tenho a certeza disso - extremamente importantes para o nosso Estado, principalmente para a nossa região do Norte de Minas, do Noroeste e do vale do Jequitinhonha.

O primeiro assunto é relativo ao Projeto de Lei nº 2.005, encaminhado pelo Governador do Estado e que se encontra na Comissão de Fiscalização Financeira. Esse projeto traz, novamente, um programa vitorioso, que existiu no Governo Eduardo Azeredo, de apoio ao pequeno produtor rural. O projeto solicita à Casa autorização para um empréstimo de US\$35.000.000,00 junto ao BIRD. Esse recurso, acrescido de mais US\$15.000.000,00 do Governo do Estado, perfaz um total de US\$50.000.000,00, que serão fundamentais para a implantação de projetos produtivos, de geração de emprego e de renda para nossas regiões. Os projetos serão executados entre o Estado e as associações comunitárias rurais, muitas vezes sem a interferência dos Poderes Executivos Municipais. Esses recursos serão fundamentais para o desenvolvimento do Norte de Minas, do vale do Jequitinhonha e para a região mineira ligada à SUDENE.

Em 1995, quando aqui chegamos, o Governador Eduardo Azeredo instituiu e implantou o PAPP 1, que foi, sem a menor dúvida, o melhor e maior exemplo de respeito e aplicação dos recursos públicos. Com esses recursos, as nossas associações comunitárias implantaram fábricas de farinhas, pequenas fabriquetas de farinha, pequenos laticínios, enfim, foram centenas de projetos implantados, o que ajudou muito o trabalhador rural e as associações comunitárias.

Esse projeto foi encaminhado à Casa juntamente com os outros projetos, como o que solicita o empréstimo de R\$10.000.000,00 para a eletrificação do Noroeste de Minas, o projeto de US\$100.000.000,00, que serão usados no Pró-Acesso, programa vitorioso e ousado do Governador Aécio Neves. Quero abrir parênteses para cumprimentar o nosso Governador por esse programa que está mudando a cara de Minas Gerais, proporcionando o acesso asfaltado a mais de 200 municípios do nosso Estado.

Na semana passada, tivemos a felicidade de presenciar a abertura das cartas-convite da licitação da estrada de Taiobeiras a Indaiabira, em São João do Paraíso, e de Taiobeiras a Rio Pardo de Minas. O projeto de US\$10.000.000,00 é para o programa de melhoria da produtividade da indústria mineira, e o de US\$170.000.000,00, um projeto importante para o equilíbrio fiscal do Estado.

Faltou o Projeto nº 2.005, que está parado na Comissão de Fiscalização Financeira. A partir deste momento, em virtude de um contato com o nosso Presidente Mauri Torres e com o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, queremos fazer com que esse projeto venha para votação em 1º e 2º turnos, a fim de que seja implantado ainda neste ano. Esse projeto foi anunciado pelo Governador Aécio Neves e será implantado na região de Montes Claros.

Aliás, por falar em produtor rural, quero trazer os meus cumprimentos ao Deputado Federal Carlos Mota, do PL, que esteve em Montes Claros. Ele hoje desfralda uma bandeira fundamental para os produtores rurais de Minas Gerais e do País.

Em 2001 houve ampla renegociação do Governo Federal em relação às dívidas vencidas dos produtores rurais. Os produtores que não optaram pela renegociação estão inadimplentes em 2002, 2003, 2004 e 2005. E o que é pior: os Bancos do Brasil e do Nordeste estão perto de se tornar os maiores proprietários de terra do Norte, do Noroeste e do Nordeste de Minas. Esses Bancos estão executando os pequenos produtores rurais, que pegaram o PRONAF e não fizeram a negociação com esses dois Bancos. Eles estão devendo três anos e não podem pagar porque estão situados na região da SUDENE, onde, infelizmente, chove pouco e não há o seguro agrícola. Os Bancos estão executando centenas de pequenas propriedades rurais e levando ao desespero mais de 7 mil proprietários rurais da região da SUDENE.

O Deputado Carlos Mota desfralda essa bandeira e solicita ao Governo Federal o mesmo tratamento que está dando ao Centro-Oeste mineiro. Recentemente, o Governo Federal autorizou a renegociação de R\$2.062.000.000,00 para os produtores de algodão, arroz, milho, trigo e soja. Queremos o mesmo tratamento que o Governo Federal dispensa aos produtores rurais do Sul do País com o projeto de seca, embora a seca de verdade possa ser vista no Norte de Minas e no Nordeste brasileiro. As dívidas dos produtores do Sul foram prorrogadas. O Conselho Monetário Nacional adotou medidas que prorrogam as dívidas com o PRONAF para os produtores de trigo, aveia, canola e cevada. Em 2005 foi estabelecido preço mínimo para os produtos do Sul de Minas.

O descaso do Governo Federal agride o povo mineiro e nossas autoridades. Além de o Governo Federal ser insensível ao que está ocorrendo, está executando o produtor que faz da sua história uma história de vida, que faz do seu pequeno pedacinho de terra seu sustento. Ele está entregando esse pedaço de terra aos Bancos do Brasil e do Nordeste, que serão os maiores latifundiários do País.

Deixo nosso apelo, bem como o de milhares de produtores rurais. Cumprimento o Deputado Carlos Mota pela bandeira que está levantando. Faremos com que a Comissão de Agricultura e Agropecuária entre nessa briga. Solicitamos ao Governo Federal uma medida provisória que prorrogue a dívida dos trabalhadores rurais do Norte e do Nordeste de Minas e do vale do Jequitinhonha por 25 anos, para que tenham condições de sobreviver, e que cessem as execuções judiciais dos pequenos proprietários no Norte de Minas, que enriquecem os Bancos cada vez mais.

O Governo Federal não está nem aí para as estradas federais em Minas Gerais. O descaso é enorme. Na semana passada, estive no DNIT, em Brasília, e tentei, mais uma vez, falar com o responsável por informações sobre as estradas federais em Minas Gerais. A única informação obtida foi que o Governo do Estado tem a obrigação e a responsabilidade de cuidar de 6.000km de estradas, as custas do empréstimo, do

adiantamento feito no final de 2002. Na época, o Governador Itamar Franco utilizou esses recursos para pagar o 13º salário dos servidores. As nossas estradas estão um caos não apenas no Norte de Minas.

Na semana passada, denunciei mais acidentes fatais na BR-135. As empresas responsáveis pela conservação desse trecho, pelo programa emergencial de tapar os buracos, já o abandonaram. Segundo informações, o Governo do Estado é o responsável por essas estradas. Acho até que o Governador Aécio Neves deveria devolver os R\$730.000.000,00 ao Governo Lula, porque, segundo o que foi acordado, esses recursos seriam suficientes apenas para aplicar R\$130.000,00 por quilômetro na recuperação das nossas estradas, sendo que os valores necessários, atualizados, totalizam R\$900.000,00, ou seja, quase R\$1.000.000,00 por quilômetro de conservação. Então, foi um negócio de doido, um negócio que ninguém entende. Adianta-se dinheiro para o Governo do Estado, e o Sr. Itamar Franco age de maneira irresponsável - porque deveria ter provisões para pagar o funcionalismo -, usando os R\$730.000.000,00 para quitar o décimo-terceiro. As nossas estradas estão esburacadas, matam pessoas, e o Governo não tem condições de cumprir o acordo feito na época. O Governo Federal dá uma de Pôncio Pilatos, com insensibilidade a toda prova, demonstrando que Minas Gerais não faz parte da sua lista de prioridades e que o povo mineiro, se quiser, que morra nas estradas, porque ele vai cruzar os braços.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Obrigado pelo aparte, Deputado Carlos Pimenta. Esse assunto das estradas já está ficando maçante. Ao falarmos de duplicação e recuperação, ficamos na dúvida se existe interesse do Governo Federal em resolver o problema realmente. Segundo informações, tapar buraco é um grande negócio. Ao se tapar um, amanhã já tem outro, e cada operação envolve uma nova nota fiscal, um novo empenho. Ninguém levanta essa questão. Precisamos discutir esse assunto, sim, apesar de não ser de competência da esfera estadual. Mas quanto custam esses tapa-buracos que o Governo Federal está fazendo? Todos estão calados e quietos. Estamos denunciando, e os buracos estão aí. Temos dúvidas, Deputado Carlos Pimenta. Em alguns lugares, eles tapam os buracos; a 5m existe outro que não é tapado; 50m depois, tapam outro; e eles não querem resolver o problema.

Portanto, apesar de maçante, esse assunto deve ser abordado com maior veemência. Precisamos discutir claramente o que o Governo Federal quer com as nossas estradas, principalmente as federais.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o seu aparte e concordo perfeitamente com V. Exa. Chegou-se a um ponto em que o Governo Federal está brincando com a paciência do povo. Ele já acabou com o sistema financeiro do País; já acabou com as poucas iniciativas de investimento na produção; estimula o investimento no mercado financeiro; e zomba do povo, ao mandá-lo levantar-se do assento e procurar juros menores. Mais uma vez, vemos Minas Gerais no segundo plano, com o povo morrendo nas estradas.

Não há voz alguma a se elevar em Brasília. Parece que tudo está certo e ajeitado conforme deseja o Governo Federal. Infelizmente, o povo de Minas Gerais, principalmente do Norte de Minas, minha região, morre nas BRs 135, 251 e 365 devido à falta de ouvidos e de sensibilidade do Governo Lula. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gil Pereira* - Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputadas e Deputados, na condição de Coordenador da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CIPE São Francisco - e considerando os resultados da reunião realizada em Pirapora no dia 29 de abril, vimos manifestar-nos sobre tema tão importante e controverso, como é a transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste setentrional. A questão se torna mais grave, especialmente neste momento, porque o IBAMA, ao arripio das Leis nºs 6.938, de 1981, e 9.433, de 1997, que estabelecem respectivamente a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Recursos Hídricos, concedeu a licença prévia para essa malfadada obra.

Dizemos ao arripio da lei porque não foram observadas premissas legais indispensáveis ao licenciamento ambiental, mesmo para o caso de concessão de licença prévia, como, por exemplo, a revitalização das audiências públicas com a população ribeirinha do São Francisco.

Desejamos ressaltar que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais sempre procurou estudar profundamente os problemas do rio São Francisco e a situação ambiental da sua bacia hidrográfica. Foi instalada nesta Casa a CIPE São Francisco, composta por Deputados mineiros e dos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Uma das primeiras funções da CIPE foi prover um permanente fórum de debates sempre na busca de soluções que viabilizem o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Porém, nas decisões tomadas pelos órgãos federais, a CIPE e o próprio comitê da bacia foram ignorados, demonstrando bem o espírito de coisa decidida que o Ministério da Integração Social imprimiu ao projeto de transposição.

Decidir a realização de uma obra que pode interferir na vida de 25 milhões de brasileiros - 13 milhões no São Francisco e 12 milhões no Nordeste setentrional - dentro de um único gabinete, trata-se de um fato incrível que escapa à compreensão humana. Além disso, não é um projeto simples e barato. Ao contrário, trata-se de construção orçada em R\$5.000.000.000,00, que pretende bombear aproximadamente 127m³ de água a cada segundo a alturas descomunais: no eixo Norte, 165m; e, no Leste, 304m.

Pasmem, Deputadas e Deputados, isso equivale ao esforço de levar, morro acima, um rio do porte do Paraopeba ou do Pará para depois lançá-lo em canais e leitos de rios secos e fazer a água chegar aos açudes já existentes no Nordeste setentrional.

Caro Deputado Doutor Ronaldo, ambientalista, o que mais nos assombra é que, uma vez atingidos esses açudes, o projeto que o Ministério da Integração Social quer implantar à força acaba-se. Dos açudes em diante, a responsabilidade de distribuir a água passa para os Estados das bacias receptoras: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. E, para isso, nada de verbas federais ou repasses aos Estados, Deputado Fábio Avelar. Cada um que se vire. Portanto, não é um projeto para distribuir água de forma socialmente justa. É, isto sim, um meio projeto para levar água para onde ela já existe e que está nas mãos de uns poucos privilegiados.

Também não há previsão de ressarcimento ao Estado de Minas Gerais, que fornecerá 75% da água a ser transposta, nem ao Estado da Bahia, tolhidos em seus direitos de uso da água. Nesse contexto, Minas e Bahia deixarão de dar aproveitamento econômico a mais de 2.000.000ha de terras totalmente aptas para a irrigação, todas situadas praticamente às margens do Velho Chico ou nas suas imediações.

Não há dúvida de que a transposição, ao considerar cerca de 60% da água para uso agropecuário ou do agronegócio e nas indústrias que se pretende implantar naquela porção do semi-árido brasileiro, configura-se uma maléfica transferência de recursos naturais, da bacia do São Francisco para o Nordeste setentrional. Dizemos mais: o curioso da situação, terrível ao mesmo tempo, é que muitos técnicos de renome nacional afirmam que a falta d'água naquela porção do Brasil decorre tão-somente de problemas de gestão de recurso vital. Noutras palavras, existe água em abundância no Nordeste, porém concentrada em açudes que não possuem redes de distribuição eficientes e que, por isso mesmo, trazem benefícios a pouquíssimos nordestinos, normalmente os mais abastados e poderosos. É para lá, exatamente para esses açudes já transbordantes no ponto de vista econômico e social, que a transposição quer levar mais água.

Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental - EIA - do projeto de transposição e seu respectivo relatório - RIMA - são falhos e omissos, pois não contemplam os impactos que podem ocorrer em Minas Gerais e na Bahia. Tal fato ensejou uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público e pelo Governo do Estado de Minas Gerais contra o IBAMA, na qual ficam demonstradas, por meio de estudos realizados por órgãos

ambientais da mais alta responsabilidade, como os de Minas, a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, o Instituto Estadual de Florestas - IEF - e o Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM -, todas essas falhas e omissões.

Entre elas, destaca-se a de que o estudo só abrangeu a região abaixo de Sobradinho, desconsiderando a origem dos recursos hídricos que abastecem o reservatório, como se fosse um imenso açude; não considerou as regiões que apresentam deficiência hídrica no alto, no médio e no submédio São Francisco, onde a vazão a ser captada para o projeto inviabilizará futuros empreendimentos.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Inicialmente, cumprimento V. Exa. por trazer, mais uma vez, a esta Casa um tema tão importante não só para nós mineiros, mas para todo o Brasil.

Participamos de uma audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente desta Casa, representada pelo ilustre Deputado Doutor Ronaldo, em parceria com a CIPE São Francisco, que tem como coordenador de Minas Gerais V. Exa., quando estávamos em Pirapora. Nessa memorável audiência, com a participação de centenas de pessoas, naquele exato momento era liberada essa licença de uma maneira duvidosa, questionável, por meio de audiências públicas realizadas nos Estados de uma maneira atabalhoada.

Então, acho que não podemos deixar esse assunto morrer. Quando participávamos de um jantar com V. Exa. em homenagem ao Presidente do Banco Interamericano, conversávamos com o Deputado Leonardo Matos, que é o autor de uma frente parlamentar em defesa do rio São Francisco, com uma posição contrária a esse malfadado projeto de transposição desse rio.

Este é o momento de unirmos nossos esforços para, mais uma vez, tentar paralisar esse malfadado projeto.

Gostaria de trazer para V. Exa. mais um dado. Na audiência de Pirapora tive a oportunidade de denunciar o que foi veiculado na imprensa, pelo Ministro das Cidades, Ciro Gomes, de uma maneira muito duvidosa, informando que essa transposição era para matar a sede nordestina, o que todos sabemos não ser verdade. Na realidade, essa transposição irá beneficiar os grandes produtores e os grandes latifundiários da região. Mais grave ainda é que o anunciado investimento que está sendo feito pelo Ministério das Cidades, cerca de R\$5.000.000.000,00, é o suficiente para cumprir apenas a primeira etapa desse projeto. Temos conhecimento de que, para a conclusão definitiva, interligação de açudes, implantação de subadutoras e aquedutos, vão-se demandar recursos da ordem de mais R\$15.000.000.000,00. É hora de levantarmos essa bandeira mais uma vez para evitar que esse projeto continue avançando.

Parabéns a V. Exa. por trazer, mais uma vez, esse assunto para a reflexão de todos nós. Obrigado.

O Deputado Gil Pereira* - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar, que tem sido também um defensor da nossa bacia do São Francisco. Dando continuação ao nosso pronunciamento.

Os órgãos ambientais do Estado constataram ainda que o EIA-RIMA desprezou as vazões inferiores a 4,0 litros por segundo, sabendo-se que tais consumos, segundo os técnicos mineiros, tanto na calha do rio como nos seus afluentes, quando somados, são relevantes e não poderiam ser desconsiderados no balanço hídrico apresentado. Além do mais, o EIA-RIMA deixou de apresentar prognósticos confiáveis acerca do aproveitamento hidrelétrico da bacia do São Francisco, de interesse vital para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, omitindo-se quanto ao tratamento adequado dos resíduos e não apresentou proposta de melhoria da infra-estrutura sanitária dos municípios da bacia hidrográfica do Velho Chico.

Outro fato importantíssimo é o desrespeito com que o Governo Federal vem-se posicionando frente às decisões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e também dos comitês de bacias dos seus afluentes. As decisões desses organismos não estão sendo consideradas, e nós, que somos a voz da sociedade, precisamos protestar e agir. Ações políticas precisam ser desempenhadas com a maior urgência possível, visando ao fortalecimento desses comitês.

Minas Gerais está sendo totalmente desconsiderada, o que é um verdadeiro absurdo. Nosso Estado detém cerca 75% da origem de toda a água do rio São Francisco. Todos os órgãos estaduais já se posicionaram contra o projeto de transposição sem que antes se revitalize o rio, e mesmo assim o Governo Federal vem atropelando esses pareceres e nossas propostas. Com certeza, num futuro próximo, Minas será prejudicada com a transposição das águas do rio, pois a sua vazão, a quantidade de água que flui pelo seu leito ficará engessada.

É preciso deixar bem claro que nós, como parlamentar oriundo de uma região que sofre os efeitos das secas e como membro da CIPE São Francisco, que vem estudando as questões do Velho Chico com afinco, não somos contrários à transposição de suas águas para o Nordeste setentrional, de forma dogmática. Somos contrários, sim, ao atual projeto do Ministério da Integração Social e à forma como ele nos está sendo imposto. Mais ainda, julgamos sensata e prudente a opinião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco de que deveria ser concedida a outorga do volume de água necessária ao abastecimento humano. Ou seja, somos solidários com os irmãos nordestinos que necessitam de água para suas necessidades básicas, porém, somos contrários a um projeto que pretende levar a água para uso industrial e em irrigação.

É preciso lembrar, neste momento, a definição doutrinária de desenvolvimento sustentável. Para que um projeto seja considerado sustentável, deve cumprir três requisitos: ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto. O projeto de transposição aprovado pelo IBAMA não passa por nenhum desses filtros.

Para concluir, quanto aos aspectos ecológicos, que são os principais, técnicos afirmam que são incompletos esses estudos. Como já dissemos, o EIA-RIMA não completa os impactos ambientais nas áreas a montante do projeto. Mesmo na área considerada de influência direta das obras, o EIA-RIMA não aborda, por exemplo, os efeitos que poderão ocorrer na fauna da região semi-árida ao afirmar que os estudos deverão ser aprofundados. Ora, nesse sentido, está-se contrariando o princípio da precaução, que rege o direito ambiental e que determina que, quando não existe certeza, se ocorrer prejuízo ao meio ambiente, e não forem propostas medidas para amenizar ou compensar possíveis danos, o órgão ambiental não deverá conceder a licença, sob pena de improbidade administrativa.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, conclamamos todos a se unirem à CIPE São Francisco, cujo agendamento em Pirapora decidiu pedir uma audiência com o Presidente Lula e com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, que se manifestou contrariamente ao projeto. Decidiu-se, também, que uma comissão de ambientalistas e Deputados visitará os Governadores dos cinco Estados da bacia do São Francisco e os dos três outros Estados beneficiários da transposição, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, com a finalidade de convencê-los a requisitar horários nas redes de TV para esclarecer a opinião pública e rebater a publicidade do Governo Federal.

Na audiência com o Presidente Lula e com os Governadores, reivindicaremos: 1 - redirecionamento dos recursos do orçamento de 2005 destinados à transposição, para a revitalização do rio São Francisco e para o Programa de Gestão Integrada e Sustentável do Semi-Árido Brasileiro, com ênfase na universalização do projeto de coleta de água em cisternas; 2 - reelaboração dos estudos de impacto ambiental da bacia, considerando toda a sua extensão e as reais necessidades da região receptora; 3 - ampla divulgação do projeto e discussão com os povos da bacia hidrográfica, antes de se decidir sobre a implantação de qualquer obra.

Senhoras e senhores, mais uma vez repito o nosso posicionamento em relação a essa questão: sem revitalização, não há como se falar em transposição!

Gostaria ainda de parabenizar o colunista Vittorio Medioli, que traz uma matéria, no "O Tempo", sobre a falta de importância da transposição, sem a revitalização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ricardo Duarte* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, todos os que nos assistem pela TV Assembleia, galeria, mais uma vez venho a esta tribuna para expressar a minha preocupação com o destino da UEMG, universidade criada e, de certa forma, mantida politicamente, até então, por este Legislativo.

Gostaria de registrar que, no meu mandato, me tenho empenhado para construir a UEMG enquanto uma universidade pública, gratuita, de qualidade e para todos os mineiros, implantada adequadamente nas diversas regiões do Estado, consolidada como um fator importante em nosso desenvolvimento na área de ciência e tecnologia, pois queremos uma universidade que seja um centro de excelência no ensino e na pesquisa.

Infelizmente a construção da UEMG tem enfrentado vários obstáculos que ainda não foram superados e que ameaçam seu futuro, pois convive com o profundo descaso do Governo do Estado, que não aplica os recursos financeiros insistentemente solicitados por seu corpo dirigente, alunos, professores, Deputados - inclusive a nossa bancada de 34 Deputados nesta Casa - e por toda a sociedade. Enquanto isso, Minas assiste ao crescimento desordenado e sem critérios do ensino superior privado que transforma a formação superior num verdadeiro mercado de diplomas.

Ao negar recursos financeiros e ameaçar a existência da UEMG como uma instituição pública, gratuita e de qualidade, enquanto mantém a desregulamentação do ensino superior e incentiva, por omissão, a proliferação dos mercados de diplomas, o Governo Aécio Neves abre mão do princípio republicano de educação como um bem público e do conhecimento como um patrimônio social.

Um sistema de educação superior significa muito para alcançarmos a solução dos problemas que desafiam o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado, para produzir conhecimento e gerar inovações tecnológicas, sendo também referência para a qualificação dos outros níveis de ensino, pois é a universidade que forma os professores que vão ensinar as crianças e os jovens.

O sonho de uma universidade estadual pública, gratuita e de qualidade guiou os Constituintes mineiros de 1988 e 1989, quando criaram a Universidade do Estado de Minas Gerais. Hoje, anos depois, a UEMG convive com os mesmos nós críticos que herdou de sua fundação e que deveriam ter sido resolvidos por ação do Governo do Estado.

As nove fundações privadas do interior do Estado, com sede nas cidades de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha, que optaram pela integração à universidade, tiveram sua escolha desrespeitada já que até hoje não foram absorvidas pelo Estado, como previa a legislação, e permaneceram como fundações de direito privado, cobrando mensalidades dos alunos.

Hoje muitas dessas fundações convivem com um alto índice de inadimplência, algumas com 45%, e aguardam anos a fio uma decisão do Estado para resolver que relação manterão realmente com a UEMG.

Também verificamos um decréscimo sucessivo dos recursos orçamentários para a UEMG, resultando no sucateamento das unidades do "campus" de BH, a parte pública e gratuita da universidade, que, sem recursos mínimos para garantir um funcionamento adequado e à altura da reconhecida excelência que essas unidades têm em suas áreas específicas, convivem com a escassez crônica de recursos, a falta de equipamentos, a desvalorização dos servidores e a precariedade de suas instalações.

Podemos afirmar, após quatro Governadores desde a criação da UEMG, que nenhum garantiu de fato sua implantação. Apesar disso, aceitamos o desafio proposto pelo Governador Aécio Neves, quando sugeriu, durante uma visita da bancada da UEMG, que nós, Deputados, apresentássemos propostas para a implantação da universidade.

Partimos então para a instalação de uma Comissão Especial, da qual participaram, além de mim, os Deputados Domingos Sávio, Paulo Piau, Leonídio Bouças e Ivair Nogueira. A missão que nos foi conferida por esta Casa foi levada a bom termo e, no dia 3/11/2003, finalizamos nossos trabalhos e apresentamos um relatório com propostas viáveis e capazes de apontar um rumo para a UEMG.

Do relatório saiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, que garante às fundações do interior agregadas o direito de reafirmar ou não seus vínculos com a universidade do Estado. As que optassem por romper os vínculos com a UEMG teriam a garantia de incorporação, ao seu patrimônio, dos recursos repassados pelo Estado até então.

As que resolvessem permanecer o fariam na forma de associadas, numa relação de cooperação mútua entre a instituição e a universidade.

Também apresentamos diversas propostas de financiamento, desde a das parcerias público-privadas, integrando a oferta de cursos à demanda das economias regionais e sendo um fator de desenvolvimento para as diversas regiões onde estão implantadas as unidades da universidade, até a da necessidade de mais recursos orçamentários para a UEMG. Insistimos na destinação de recursos da Loteria do Estado de Minas Gerais, provenientes do lucro líquido da exploração de jogos, além da autorização da doação de imóveis do Estado, a reverterem em favor da universidade.

Abrimos a possibilidade de serem incorporadas à estrutura da UEMG as diversas entidades públicas de ensino e pesquisa, para consolidar a universidade em todo Estado como centro de excelência em diversas áreas do conhecimento. Assim, pretendemos incorporar à estrutura da UEMG outras entidades que exercem atividades nos campos afins da universidade, como o CETEC, o IGA, a UTRAMIG, a Fundação João Pinheiro, o Instituto Cândido Tostes e a Fundação Helena Antipoff. Tais incorporações fortaleceriam a produção de pesquisa e tecnologia, além da formação de pessoal especializado e ampliação das possibilidades de captação de recursos e diversificação dos cursos da UEMG.

Apontamos a importância de criarmos um fundo de apoio ao estudante, com o objetivo de viabilizar a permanência dos alunos em seus cursos com recursos provenientes de jogos lotéricos, de percentual incidente sobre a receita arrecadada com anuidades escolares dos cursos mantidos pelas fundações associadas e de convênios com entidades públicas ou privadas.

Concluído esse relatório, foi encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, que o incorporou a um outro relatório realizado por esse órgão, igualmente contendo diversas propostas para a UEMG.

Podemos afirmar que as dificuldades vividas pela UEMG não decorrem da falta de boas propostas. Essas existem, porém nenhum sinal de que a UEMG será efetivamente construída chegou ainda da parte do Governo mineiro.

Por outro lado, cada vez fica mais clara a conexão entre os problemas da UEMG e os da UNIMONTES, com a desregulamentação do ensino superior em Minas Gerais.

Em nosso Estado, nos últimos anos, explodiu a oferta de cursos de ensino superior sem critérios determinados e sem muita preocupação com a qualidade.

Atualmente, o Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países do mundo com maior número de instituições de ensino superior. Hoje 89% das instituições de ensino superior brasileiras são privadas, e todas as avaliações realizadas pela CAPES e pelo MEC apontam que os piores cursos de graduação estão em estabelecimentos privados.

Não temos nenhum tipo de restrição ao ensino privado de qualidade e sabemos o quanto instituições sérias têm contribuído para o desenvolvimento do conhecimento e da ciência no Brasil. Entretanto, é preciso regular a educação brasileira e, em particular, a de Minas Gerais. A regulação funda-se na avaliação. Avaliar os sistemas de ensino e dar conhecimentos dos resultados obtidos à população é fundamental para a qualidade do ensino. Também devemos considerar que cursos ruins devem ser ou recuperados ou descredenciados. Examinar o ensino superior com rigor é fundamental, pois está em jogo o futuro dos jovens brasileiros. Um mau ensino tem um custo muito alto, pago ao longo da vida.

Esperamos, com a realização do fórum técnico sobre o ensino superior em Minas Gerais, que está em fase de preparação nesta Casa, refletir sobre o papel das universidades públicas e privadas em nosso Estado à luz do debate sobre a reforma universitária que ocorre no Governo Lula em todo o País.

Queremos que o fórum discuta a reforma universitária e a educação em Minas Gerais, especialmente a situação da UEMG e a da UNIMONTES, e a necessidade de termos em nosso Estado mecanismos capazes de garantir uma educação de qualidade e para todos. Essa discussão não pode ficar restrita ao Governo e à comunidade acadêmica. Ela precisa abarcar diversos segmentos sociais, que devem pensar juntos o papel das instituições e a maneira de realizar mudanças baseadas na democracia e na autonomia plena, gerando compromissos com a qualidade e com a ampliação do direito ao acesso.

O Governo de Minas não pode se omitir neste momento decisivo da vida nacional. Minas deve sair dessa triste posição de ser um dos Estados do Brasil que menos investe em ensino superior, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Piauí.

Agora é a vez de este Legislativo cobrar do Governador do Estado o compromisso por ele assumido durante a campanha eleitoral que o elegeu. Queremos construir a UEMG e a UNIMONTES como escolas públicas e de qualidade. Queremos melhorar o nível do ensino superior em Minas, construir mecanismos adequados para isso e agir com rigor na regulamentação e na avaliação dos cursos superiores em colaboração com o MEC e com os demais órgãos federais. Queremos a UEMG já. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/5/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Cristina Mara Silva Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando, a partir de 16/5/2005, Iveli Menezes para do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Iveli Menezes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 16/5/2005, Pedro de Oliveira Pinto do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Participação Popular.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2005

A Assembléia Legislativa do Estado torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/5/2005, às 10h15min, Pregão Eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa para prestação, por um período de 12 meses, de serviços técnicos de instalação, desativação ou mudança de pontos da rede corporativa da ALEMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALEMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio ou informar um endereço eletrônico.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Fundação João Pinheiro. Objeto: cooperação técnico-científica e cultural, visando ao desenvolvimento institucional e de recursos humanos. Vigência: 24 meses, a partir de 5/5/2005.

ERRATAS

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/5/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/5/2005, na pág. 36, col. 3, sob o título "REQUERIMENTOS", substitua-se o despacho do Requerimento nº 4.708/2005 pelo que se segue.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Transporte. Anexe-se ao Requerimento nº 4.622/2005, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia, verificada na edição de 13/5/2005, na pág. 38, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Ricardo Duarte", onde se lê:

"Marxilene Gonçalves Teodoro", leia-se:

"Marcilene Gonçalves Teodoro".